

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA

O projeto de centralização político-administrativa do Governador das Armas da
Província de Goiás Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1826)

Ricardo de Castro e Silva

GOIÂNIA
2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA

O projeto de centralização político-administrativa do Governador das Armas da
Província de Goiás Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1826)

Linha de Pesquisa: Poder e representações

Ricardo de Castro e Silva

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação
Stricto Sensu em História como requisito parcial para a
obtenção do Título de Mestre em História.

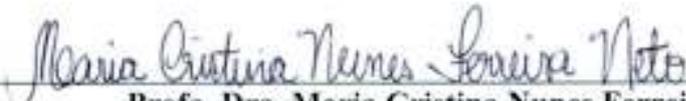
Orientadora: Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

S586p	<p>Silva, Ricardo de Castro e O projeto de centralização político-administrativa do Governador das Armas da Província de Goiás Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1826)[recurso eletrônico]/ Ricardo de Castro e Silva.-- 2018. 107 f.; il.</p> <p>Texto em português com resumo em inglês Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Goiânia, 2018 Inclui referências f.104-107</p> <p>1. Matos, Raimundo José da Cunha, 1776-1839 - Projetos políticos. 2. História - seculo XIX - Goiás (Estado). 3. História - seculo XIX - Província de Goiás. I.Ferreira Neto, Maria Cristina Nunes. II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.</p> <p>CDU: 94(817.3)(043)</p>
-------	--

**O PROJETO DE CENTRALIZAÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA DO
GOVERNADOR DAS ARMAS DA PROVINCIA DE GOIÁS RAIMUNDO JOSÉ DA
CUNHA MATTOS (1823-1826)**

Dissertação aprovada em 27 de março de 2018, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

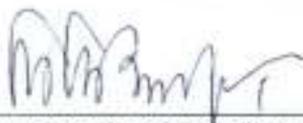


Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto
PUC Goiás / Presidente



Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira
UEG7/Examinador Externo

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
PUC Goiás / Examinador Interno



Profa. Dra. Albertina Vicentini Assumpção
PUC Goiás / Suplente

Prof. Dr. Allysson Fernandes Garcia
CEPAE / Suplente

DEDICATÓRIA

A meu pai Hélio de Castro e Silva que momentos antes de partir desta vida presenteou-me com o último aconselhamento paterno: *“filho, trabalhe e estude muito”*.

AGRADECIMENTOS

Após percorrer a longa trajetória de investigação e escrita que traduziu na consolidação desta Dissertação de Mestrado constatamos que tivemos a fortuna de contar com o apoio de uma imensa quantidade de incentivos e ofertas generosas, que chegaram a mim pela indicação de textos e trechos de obras ou por apuradas leituras, encorajamentos e contraposições. Na certeza de incompletude, agradeço àqueles que, de uma forma ou de outra, acompanharam a minha experiência de vivenciar a presente pesquisa histórica.

Primeiramente, de forma muito especial, sou grato à minha orientadora professora Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, pela confiança em mim depositada pelas conversas que travamos. Suas leituras atentas, inteligência aguçada e orientação que mescla liberdade e rigor acadêmico nunca deixaram de me surpreender e de encorajar a escrita. Excelente professora, corajosa, doce e perspicaz, é para mim um grande exemplo e companhia com a qual quero sempre contar.

Agradeço o professor Eduardo Sugizaki, que desde o começo de minha jornada no Mestrado em História, acompanhou de perto as diversas fases desta pesquisa e o meu amadurecimento acadêmico. Ministrou com maestria suas aulas em nossa turma. Tive o prazer de compartilhar minhas dúvidas, angústias e alegrias geradas durante boa parte do processo desde a formulação do projeto de pesquisa à escrita do texto.

Agradeço a professora Albertina Vicentini de Assumpção pelas excelentes aulas que me encorajou a debruçar sobre a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como fonte histórica na busca de conhecer melhor o militar Raimundo José da Cunha Mattos. Guardo com todo o carinho as anotações realizadas pela professora

no quadro branco durante as aulas expositivas e dialogadas no Mestrado de História. Sem dúvida, uma intelectual brilhante, que admiro e respeito. O que posso dizer, além de exaltar a generosidade da professora para comigo e minha turma, é que tenho orgulho em ter sido seu aluno.

Agradeço a professora Deusa Maria R. Boaventura pelas aulas sobre história das cidades foram ótimas as problematizações acerca do espaço urbano, destaco também a sensibilidade ao adequar parte do seu plano de aula com o objetivo contemplar as cidades da Província de Goiás no século XVIII. A professora Deusa foi muito didática não apenas na sala de aula, como no pátio da Escola de Formação de Professores e Humanidades. Foi excelente conviver com a professora durante o curso. Desenvolvi uma leitura mais complexa do espaço geográfico a partir de suas explicações.

Agradeço ao professor Eduardo Gusmão de Quadros pelo acolhimento anterior a fase de Seleção do Mestrado, inclusive me doando uma das referências bibliográficas. Destaco também sua gestão como coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-GO, os debates teóricos acalorados nas aulas que ministrou e o incentivo na leitura de Paul Ricoeur.

Igualmente agradeço ao professor Eduardo José Reinato pela generosidade e cordialidade de sempre. Muito provocativo, elucidativo, teórico, crítico, humorado, academicamente rigoroso ao mesmo tempo gentil. Essa é a representação que criei sobre o professor. Foram maravilhosas as aulas de Historiografia e Teoria da História que ministrou, didaticamente me ensinou qual é o lugar da teoria na pesquisa histórica, podou meus excessos. O mundo precisa de mais historiadores como o senhor, performático.

Agradeço a professora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcanti, pelas aulas maravilhosas, pelos livros que me presenteou, por todos e-mails prontamente respondidos, mas acima de tudo pelo respeito a minha pesquisa que no período que tivemos maior contato, estava em fase inicial. Foi muito bom, discutir historicamente o Brasil e Goiás em suas aulas e acompanhar sua análise apurada sobre os problemas da política na contemporaneidade.

Agradeço a professora Ivone Richter Reimer apesar do pouco contato que tivemos sempre se apresentou solícita aos dilemas e necessidades minhas enquanto mestrando.

Agradeço a professora Renata Cristina Sousa Nascimento pela atenção e respeito. Admiro muito seu trabalho professora, foi um prazer conhecê-la. Na minha humilde opinião uma grande pesquisadora. Aprendi muito com a professora Renata, e carrego comigo na lembrança a sua conduta ética com a pesquisa histórica ao dar as devolutivas para a comunidade acadêmica.

Agradeço a professora Thaís Alves Marinho, pelo humor nas aulas ministradas, pelo rigor nas correções dos trabalhos e pela gestão positiva que realizou frente ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-GO.

Também agradeço a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pela bolsa que viabilizou cursar o Mestrado em História na Pontifícia Universidade Católica.

Neste ensejo, gostaria de igualmente agradecer os professores Eduardo Sugizaki e Eduardo José Reinato, pelas críticas e sugestões ao trabalho durante o Exame Geral de Qualificação. Também agradeço os professores que formaram a Banca de Defesa, constituída pelos professores Eliézer Cardoso de Oliveira e Albertina Vicentini de Assumpção. Espero que as afirmações um tanto quanto taxativas e categóricas apontadas por eles tenham sido, ao menos, relativizadas na versão final do texto dissertativo.

Como, de certo modo, nunca podemos nos esquecer de nossa formação acadêmica inicial, agradeço, mais uma vez, aos meus colegas de turma, em especial Tales, Roni, Raquel, Bruno, Valdenor e Miguel, também os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História do Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Agradeço a Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional por disponibilizar por meio da Hemeroteca Digital Brasileira as fontes históricas *Diários do Governo* que foram capitais na elaboração dessa Dissertação de Mestrado. Da mesma forma, agradeço a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados que nos proporcionou o acesso aos documentos formados pelas *Falas do Trono* e os *Anaes da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa 1823*.

Agradeço ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro por disponibilizar a coleção completa de sua revista trimestral a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fonte capital para nosso trabalho historiográfico.

Agradeço a professora Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás pela disponibilização das fontes *Repertório da Legislação Militar* compilada por Raimundo José da Cunha Mattos.

E por último e não menos importante agradeço a minha mãezinha Leninha, minha esposa Luciana e nossos filhos Heberth, João Pedro, Murilo e Joaquim. Vocês, constituem o sentido maior de toda a minha existência, formam o verdadeiro e mais precioso em minha vida. Amo-os infinitamente.

SENHOR

Tenho a honra de levar aos pés do augusto throno de Vossa Magestade Imperial a Chorografia Histórica da provincia de Goyaz certo que Vossa Magestade Imperial como Imperador, o Perpétuo Defensor do Império do Brasil de que a mesma provincia forma uma parte vasta, e muito interessante, se dignará attender benignamente às circunstâncias de povos fieis, cujas precisões com as côres mais vivas são apresentadas à Vossa Magestade Imperial; Queira Vossa Magestade Imperial mostrar-se pai de todos os goyanos applicando remédios aos males, e fazendo aproveitar os bens que n'esta obra manifesta aquelle que é

Senhor

De Vossa Magestade Imperial

O mais submisso e agradecido súbdito.

Raimundo José da Cunha Mattos.

Arraial de Thahiras, 31 de Dezembro de 1824.

RESUMO

SILVA, Ricardo de Castro e. O projeto de centralização político-administrativa do Governador das Armas da Província de Goiás Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1826). Dissertação, 2018. Mestrado em História na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2018.

A emergência do Estado Imperial brasileiro durante a primeira metade do século XIX foi um fenômeno marcado pelo esforço em garantir a consolidação da unidade política e territorial do Brasil. Atuavam neste sentido, a Casa de Bragança, os deputados e senadores que representavam as Províncias que tomaram assento na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa sediada no Rio de Janeiro e os funcionários régios que compunham o corpo militar e burocrático dispersos em todo o território correspondente ao Império e a mobilização militar nas províncias é parte essencial deste processo de construção do Estado Imperial brasileiro nas primeiras décadas do século XIX. Buscamos, portanto, acompanhar a construção do Estado Imperial na perspectiva provincial, ou seja, a partir da atuação do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos na Província de Goiás entre 1823 a 1826 com ênfase no projeto de centralização política e administrativa promovido pelo militar. Mais do que forjador da representação da decadência da Província de Goiás, partimos do pressuposto de que Raimundo José da Cunha Mattos foi um intelectual ilustrado que testemunhou o que considerava ser as dificuldades enfrentadas na esfera provincial goiana no sentido de promover a civilização e a integração ao Império do Brasil. Os seus escritos constituem uma denúncia ao Imperador dos “males” que sofrem os goianos e ao mesmo tempo espera de D. Pedro I a aplicação dos “remédios aos males”. Neste sentido, a atuação militar, política e intelectual de Raimundo José da Cunha Mattos na Província de Goiás comporta implicitamente um projeto de centralização política-administrativa no sentido de promover a integração territorial não apenas a adesão política da Província de Goiás ao Império do Brasil, mas também sua integração pelo viés econômico agropastoril.

PALAVRAS-CHAVE: Cunha Mattos, projetos políticos, centralização política, Província de Goiás

ABSTRACT

SILVA, Ricardo de Castro e. The project of political-administrative centralization of the Governor of Arms in the Province of Goiás Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1826). Dissertation, 2018. Master in History at the Pontifical Catholic University of Goiás, Goiânia, 2018.

The emergence of the Brazilian Imperial State during the first half of the nineteenth century was a phenomenon marked by the effort to ensure the consolidation of Brazil's political and territorial unity. In this sense, the House of Bragança, the deputies and senators who represented the Provinces took their seats in the Constituent Assembly and Legislative in Rio de Janeiro and the royal officials who composed the military and bureaucratic body scattered throughout the territory corresponding to the Empire and military mobilization in the provinces is an essential part of this process of building the Brazilian Imperial State in the first decades of the nineteenth century. We therefore seek to accompany the construction of the Imperial State in the provincial perspective, that is, from the work of the Governor of Arms Raimundo José da Cunha Mattos in the Province of Goiás between 1823 and 1826 with emphasis on the project of political and administrative centralization promoted by the military . More than a forger of the representation of the decay of the Province of Goiás, we assume that Raimundo José da Cunha Mattos was an enlightened intellectual who witnessed what he considered to be the difficulties faced in the provincial area of Goiás in the sense of promoting civilization and Empire of Brazil. His writings constitute a denunciation to the Emperor of the "evils" suffered by the Goians and at the same time he expects from D. Pedro I the application of "remedies to evils". In this sense, the military, political and intellectual activities of Raimundo José da Cunha Mattos in the Province of Goiás implicitly implicit a project of political-administrative centralization in the sense of promoting territorial integration not only the political adherence of the Province of Goiás to the Empire of Brazil, but also its integration through economic bias.

KEY WORDS: Cunha Mattos, political projects, political centralization, Goiás Province

LISTA DE SIGLAS:

IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
R.IHGB	Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
CHPG	Corografia Histórica da Província de Goiás

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Quadro a óleo retratando Raimundo José da Cunha Mattos, pertencente à Marquesa de Gouveia.....p. 24.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE SIGLAS.....	12
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	13
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – A trajetória de vida de Raimundo José da Cunha Mattos: mito e história.....	21
1.0 - Introdução.....	21
1.1 - Na Revista do IHGB a eternização do herói póstumo nas necrologias e elogios fúnebres.....	23
1.2- A narrativa de “si-mesmo” como “outro”, a família e os estudos.....	28
1.3- Carreira militar de Raimundo José da Cunha Mattos.....	30
1.4- Da África para o Brasil: os enfrentamentos em Pernambuco, o dilema entre a unidade do Império Lusitano e a “causa brasileira”.....	32
1.4.1 - Na Província de Goiás: as notícias sobre as lutas pela Independência, o Governador das Armas, a escrita corográfica e os embates políticos provinciais.....	34
1.4.2 - Deputado pela Província de Goiás no Rio de Janeiro (1826-1833).....	37
1.4.3 - Na direção da Academia Militar (1831-1835)	38
1.4.4 - Um homem de letras (1833-1839)	39
CAPÍTULO II – Entre a crise do Império Luso-Brasileiro e a formação do Império do Brasil: Raimundo José da Cunha Mattos na função de Governador das Armas da Província de Goiás.....	43
2.0– Introdução.....	43
2.1– A singularidade da formação do Estado Imperial do Brasil e o problema do vasto território e da manutenção da unidade política e administrativa mimetizada pela ideia da Constituição.....	44

2.2– O balanço do movimento de Independência do Brasil (1821- 1823).....	46
2.3 – A Independência do Brasil como guerra.....	48
2.4 – Repercussões da crise do Império Luso-Brasileiro na Província de Goiás e nas demais províncias do país e a guerra pela Independência.....	50
2.5 – A Revolução do Porto (1820), as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa e a reação da elite provincial goiana com a chegada e atuação do Governador das Armas.....	54
2.6 – A escolha de Raimundo José da Cunha Mattos para o cargo de Governador das Armas da Província de Goiás.....	57
2.7 - Raimundo José da Cunha Mattos e a administração pública da Província de Goiás e o episódio da generala.....	59
2.8 - Os conflitos de jurisdição entre o Governador das Armas e o Governo da Junta Interina.....	64
 CAPÍTULO III – A representação da Província de Goiás e o projeto de centralização político-administrativa de Raimundo José da Cunha Mattos.....	74
3.0– Introdução.....	74
3.1– A historiografia de Goiás da decadência.....	77
3.2 – Itinerário e a Corografia redigidos por Raimundo José da Cunha Mattos: uma razão de Estado.....	81
3.3 – A escrita corográfica e itinerária de Raimundo José da Cunha Mattos: a conjugação de tempo e espaço.....	85
3.4 – A Província de Goiás segundo Raimundo José da Cunha Mattos.....	90
3.4.1 – A dinâmica econômica da Província de Goiás segundo Raimundo José da Cunha Mattos.....	90
3.4.2- As potencialidades econômicas e dos dilemas da Província de Goiás segundo Raimundo José da Cunha Mattos.....	92
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
 FONTES.....	103
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado nasceu da constatação de que há poucos estudos que abordam a participação dos militares na Província de Goiás atuando para a manutenção da unidade política e territorial do Império do Brasil após a Independência, em especial sobre a atuação do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos. Segundo Tavares no artigo intitulado *A Independência do Brasil: “é todavia curioso que a ação decisiva dos militares brasileiros ainda permaneça ausente das Histórias que analisam a História do movimento pela independência política do Brasil”*.¹

Partimos do pressuposto de que a mobilização militar é parte essencial da construção do Estado Imperial brasileiro nas primeiras décadas do século XIX e teve importância diminuída em trabalhos historiográficos cujo foco se voltou a outros elementos do processo de emancipação política. Nossa intenção não é concentrar as atenções no curso dos acontecimentos no Rio de Janeiro separando do curso da construção política da Independência que se passou na Província de Goiás. Buscamos, portanto, compreender a construção do Estado Imperial na perspectiva provincial, ou seja, a partir da atuação do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos na Província de Goiás entre 1823 a 1826 com ênfase no projeto de centralização política e administrativa promovido pelo militar no período que esteve na Província de Goiás.

A emergência do Estado Imperial brasileiro durante a primeira metade do século XIX foi um fenômeno marcado pelo esforço em garantir a consolidação da unidade política e territorial do Brasil. Atuavam neste sentido, a Casa de Bragança, os deputados e senadores que representavam as Províncias ao tomaram assento na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa sediada no Rio de Janeiro e os

¹ TAVARES, Luís Henrique Dias. A Independência do Brasil. In: Luso-Brazilian Review. Vol.12, número 1 (Summer, 1975), pp. 58-64

funcionários régios que compunham o corpo militar e burocrático dispersos em todo o território correspondente ao Império.

Nos anos posteriores a Independência, mais especificamente no período que Raimundo José da Cunha Mattos exerceu a função de Governador das Armas da Província de Goiás entre 1823 a 1826 o Estado Imperial configurava como uma construção política recente e esta condição constituía em ameaça para a manutenção da unidade territorial do Império². Cabe destacar que a Independência do Brasil não provocou profundas alterações nas condições socioeconômicas que encontrava a Província de Goiás na década de 1820³, marcada pelo declínio da atividade mineradora e pela presença da pecuária de subsistência e uma agricultura ainda incipiente.⁴

Inserido no processo histórico de formação do Estado Imperial, Raimundo José da Cunha Mattos no exercício da função de Governador das Armas entre 1823 a 1826 era um destes funcionários régios que atuavam na garantia da unidade do Império do Brasil⁵. Mais do que exercer a função que fora designado a serviço do Estado Imperial em formação, Raimundo José da Cunha Mattos criou uma representação da região correspondente a Província de Goiás e de sua população. Nas palavras do primeiro Governador das Armas da Província de Goiás, ao chegar em terras goianas deparou com uma vasta região com fazendas abandonadas, núcleos urbanos esparsos, estradas e pontes sem conservação, uma população preguiçosa, mestiça, escravocrata e empobrecida com o declínio da prospecção do ouro inserida na transição econômica entre a atividade mineradora para a atividade agropastoril como pode ser comprovado nos documentos produzidos pelo militar de origem lusitana referente a Província de Goiás nas obras *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e*

² Diversos trabalhos historiográficos retratam a aparente fragilidade do Império do Brasil após a emancipação política como as obras: SOUZA, Iara Liz Carvalho. *Pátria Coroada- o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1998. SILVA, Maria Odila Dias da. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. TAVARES, Luís Henrique Dias. *A Independência do Brasil*. In: *Luso-Brazilian Review*. Vol.12, n.1, 1975. VIOTTI, Emília. *Da Monarquia à República – Momentos Decisivos*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

³ PALACÍN, Luís. *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: UCG, 1994.

⁴ Entre as obras historiográficas que abordam a transição econômica em Goiás a partir das últimas décadas do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX ver: PALACÍN, Luís. *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: UCG, 1994. BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal: Do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo, 1994. BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente 1978. FUNES, Eurípedes. *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Ed. da UFG, 1986. (Coleção Teses Universitárias, 40).

⁵ RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília: Brasília, 2008.

*Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás (1836) e Corografia Histórica da Província de Goiás (1874).*⁶ Para o historiador Chaul, Raimundo José da Cunha Mattos foi um dos responsáveis pela formulação da representação da decadência da Província de Goiás no contexto econômico pós-mineração.⁷

Mais do que forjador da representação da decadência da Província de Goiás, como insiste Chaul, partimos do pressuposto de que Raimundo José da Cunha Mattos é um intelectual ilustrado que deve ser concebido como um sujeito que na função de funcionário régio a serviço do Estado Imperial testemunhou o que considerava ser as dificuldades enfrentadas na esfera provincial goiana no sentido de promover a civilização e a integração ao Império do Brasil. Os seus escritos constituem uma denúncia ao Imperador dos “males” que sofrem os goianos e ao mesmo tempo espera de D. Pedro I a aplicação dos “remédios aos males”. Neste sentido, a atuação militar de Raimundo José da Cunha Mattos referente a Província de Goiás e sua produção intelectual produzida no período que exerceu a função de Governador das Armas entre 1823 a 1826 comporta implicitamente um projeto de centralização política-administrativa no sentido de promover a integração territorial não apenas a adesão política da Província de Goiás ao Império do Brasil, mas também integração econômica pelo viés da atividade agropastoril.

Neste sentido, no primeiro capítulo se propõe a reconstituição da trajetória de vida ou biográfica de Raimundo José da Cunha Mattos entendida enquanto narrativa possível da singular história de vida do sujeito apreendida na pluralidade das *experiências vividas* no recorte temporal compreendido entre o seu nascimento em 02 de novembro de 1776 em Faro no Algarve e a sua morte no dia 23 de fevereiro de 1839 no Rio de Janeiro. Em outras palavras, busca-se a compreensão dos *eventos* que fundamentam a vida de Raimundo José da Cunha Mattos pressupondo que a

⁶ Ver as fonte históricas: MATTOS, Raymundo José da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), tomo 37, parte I, 1874. MATTOS, Raymundo José da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), tomo 38, parte II, 1875. MATTOS, Raymundo José da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás. Obra dedicada ao exmo. sr. Diogo Antonio Feijó. Rio de Janeiro: Tip. Imp. E Constitucional de J. Vileneuve e Cia, 1836.

⁷ Segundo o historiador Nasr Nagib Fayad Chaul é entre 1819 a 1823 que fixa a imagem da decadência de Goiás na historiografia, graças aos viajantes estrangeiros como Auguste de Saint-Hilaire, ajaohann Emannuel Pohl, Raimundo José da Cunha Mattos e o padre Luís Antônio da Silva e Souza. Ver CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade, Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.

trajetória de vida do sujeito pode ser organizada e narrada como um conjunto coerente de acontecimentos. De antemão é necessário enfatizar que Raimundo José da Cunha Mattos não foi um sujeito constante e idêntico a si mesmo na disparidade dos *eventos* que compõem a sua existência, ou seja, pressupondo uma identidade única e invariável. Pelo contrário, a trajetória de vida de Raimundo José da Cunha Mattos apresenta-se como uma miríade de traços fragmentados e heterogêneos, sublinhando o caráter plural, múltiplo e paradoxal de suas ações e itinerários.

Para a construção da narrativa da trajetória de vida de Raimundo José da Cunha Mattos retomamos a noção de *identidade narrativa* em Paul Ricoeur, cujo ganho crucial estaria em confrontar o indivíduo com a experiência no tempo. Ou seja, a *identidade narrativa* constitutiva da *ipseidade* pode incluir a mudança, a mutabilidade na coesão de uma vida.⁸ A *identidade narrativa*, segundo Paul Ricoeur, é constituída na tensão entre história e ficção; pensada para o indivíduo ou para a coletividade, afasta-se da premissa do núcleo identitário estável. Sendo possível narrar eventos idênticos com enredos distintos ou compor uma biografia a partir das intrigas diferentes ou até opostas na medida que: “a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo”.⁹

A *mediação narrativa* em Paul Ricoeur aprofunda o problema da identidade do sujeito e sinaliza modos distintos de permanência no tempo ao contrastar a “*identidade como mesmidade*” que remete ao caráter do sujeito ou ao conjunto de disposições ou traços duráveis pelos quais se reconhece um indivíduo; com a “*identidade como ipseidade*” que refere a “*manutenção de si*” no tempo, constituindo como vontade de identidade mantida a despeito da mudança.¹⁰ Nesta narrativa possível da singular história de vida de Raimundo José da Cunha Mattos apreendida na pluralidade das *experiências vividas* a intensão é apresentar os traços biográficos fragmentados de Raimundo José da Cunha Mattos por meio das relações que estabeleceu com a família, na formação, na carreira militar e nos cargos públicos que ocupou e, por último, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Acredita-se que esta forma, minimamente seja possível delinear a trajetória de vida de Raimundo José

⁸ Ver RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa 3. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p.419.

⁹ Idem.

¹⁰ RICOEUR, Paul. O si mesmo como outro. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014, p.118.

da Cunha Mattos enquanto sujeito histórico singular e paradoxalmente plural em um tempo histórico singular.

Portanto, propôs-se a apresentar de forma breve a trajetória de vida Raimundo José da Cunha Mattos, percorrendo de forma sucinta o seu itinerário perpassando pela Europa, África e Brasil, demonstrando que Raimundo José da Cunha Mattos foi um militar que atuou a serviço da manutenção da unidade do vasto Império Lusitano no período compreendido entre o seu ingresso na carreira militar em 1790 com apenas 14 anos de idade, assentou praça no Regimento de Artilharia do Algarve até a Revolução do Porto em 1820. No segundo momento, marcado pela efervescência das ideias liberais e constitucionais, ocorre a emancipação política do Brasil e Raimundo José da Cunha Mattos passa a atuar militarmente e intelectualmente em defesa da unidade política do território do Império do Brasil até sua prematura morte em 1839.

No segundo capítulo buscamos, no primeiro momento, reconstituir a conjuntura política vivenciada por Raimundo José da Cunha Mattos entre a crise do Império Luso-Brasileiro provocada pelas ideias liberais e constitucionalistas a partir de 1820, perpassando pelas lutas de Independência do Brasil e constituição do Império do Brasil até o ano de 1826. No segundo momento, propõe acompanhar na Província de Goiás as repercussões da atuação de Raimundo José da Cunha Mattos como Governador das Armas na Província de Goiás nos embates de jurisdição com os membros da Junta do Governo Civil da Província de Goiás.

No terceiro e último capítulo procuramos situar o debate historiográfico acerca da decadência da Província de Goiás pós-mineração nas primeiras décadas do século XIX. Posteriormente, apresentamos uma síntese da representação forjada por Raimundo José da Cunha Mattos acerca da Província de Goiás a partir da leitura das obras *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836) e *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874) de autoria de Raimundo José da Cunha Mattos escritas no período que exerceu a função de Governador das Armas entre 1823 a 1826 e, por último, demonstramos que mais do que uma imagem depreciativa sobre a Província de Goiás sob o signo da decadência; a obra de Raimundo José da Cunha Mattos comporta um projeto de centralização política-administrativa que visava a integração da Província de Goiás ao nascente Estado Imperial do Brasil.

Capítulo 1

A trajetória de vida de Raimundo José da Cunha Mattos: mito e história

1.0– Introdução

O que se pode saber de Raimundo José da Cunha Mattos? Na recomposição da trajetória de vida do primeiro Governador das Armas da Província de Goiás entre o seu nascimento e a morte elencou-se como fontes primárias as *necrologias* e os *elogios fúnebres*¹¹ publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a *Memórias políticas, militares e biográficas*, texto autobiográfico¹² escrito pelo militar provavelmente na década de 1820.

Este capítulo tem por objetivo apresentar de forma breve a trajetória de vida Raimundo José da Cunha Mattos, percorrendo de forma sucinta o seu itinerário perpassando pela Europa, África e Brasil. Pretende-se desta forma, demonstrar que Raimundo José da Cunha Mattos foi um militar que atuou a serviço da manutenção

¹¹ Entre os elogios fúnebres e necrologias escritas em homenagem a Raimundo José da Cunha Mattos que encontramos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro destacamos: BELLEGARDE, Pedro de Alcântara. “Elogio Histórico do falecido vice-presidente o Marechal Raimundo José da Cunha Mattos”. Revista do IHGB, tomo I, Rio de Janeiro, 1839.

¹² O documento *Memórias políticas, militares e biográficas* encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos. Não tivemos acesso a este documento na íntegra.

da unidade do vasto Império Lusitano no período compreendido entre o seu ingresso na carreira militar em 1790 com apenas 14 anos de idade, assentou praça no Regimento de Artilharia do Algarve até a Revolução do Porto em 1820. No segundo momento, marcado pela efervescência das ideias liberais e constitucionais, ocorre a emancipação política do Brasil e Raimundo José da Cunha Mattos passa a atuar militarmente e intelectualmente em defesa da unidade política do território do Império do Brasil até sua prematura morte em 1839.

Figura 1:



1.1 - Na Revista do IHGB a eternização do herói póstumo nas necrologias e elogios fúnebres

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) fundado em 1838 no Rio de Janeiro por iniciativa de Januário da Cunha Barbosa e de Raimundo José da Cunha Mattos ao encaminharam a proposta de sua criação ao conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; o IHGB era responsável por “*coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil*”.¹³ Na Revista do IHGB há vários *Elogios Fúnebres* ou *Necrologias* homenageando personalidades que teriam dedicado a suas vidas a realização de atos pródigos em prol do Brasil. Estes escritos possuíam um cunho fortemente biográficos. Para a reconfiguração da história de vida de Raimundo José da Cunha Mattos por meio da *mediação narrativa* na confluência entre o “*relato de uma vida*” e os “*acontecimentos de uma vida*” foi necessário deter-se no conjunto das Revistas publicadas pelo IHGB com ênfase nas publicações entre 1839 e 1924, pois encontram as referências póstumas acerca de Raimundo José da Cunha Mattos na forma de *Necrologias* e *Elogios Fúnebres*.

Neste sentido, merece destaque o trabalho intitulado *Elogio Histórico do falecido vice-presidente o Marechal Raimundo José da Cunha Mattos* escrito por Pedro de Alcântara Bellegarde e publicado na Revista do IHGB em 1839. Assim Bellegarde descreve a fisionomia de Cunha Mattos: “*O Sr. Marechal Raymundo José da Cunha Mattos era de estatura além da ordinária, mas secco do corpo; era dotado de physionomia movel, e fallava, escrevia e andava com rapidez e facilidade [...]*”.¹⁴ Pedro de Alcântara Bellegarde publicou seu elogio fúnebre no primeiro número da Revista do Instituto, trata-se de um discurso epidítico, marcado por um tom elogioso onipresente.

Bellegarde segue com seu elogio póstumo a Raimundo José da Cunha Mattos: “[...] *inimigo do ocio, punha em actividade as pessoas que o cercavam, e era por isso*

¹³ Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo I, p. 18-19, 1839.

¹⁴ BELLEGARDE, Pedro de Alcântara. “Elogio Histórico do falecido vice-presidente o Marechal Raimundo José da Cunha Mattos”. Revista do IHGB, tomo I, Rio de Janeiro, 1839, p. 225.

o terror dos empregados indolentes das repartições que ia dirigir".¹⁵ No texto atribuído a Bellegarde a ênfase recai na vida exemplar de Raimundo José da Cunha Mattos e com palavras de nostalgia refere-se ao falecido: "*Na avançada idade em que falleceu conservava-se robusto e agil, mas uma compleição, que prometia tão longa duração, foi cortada pela saudade, mostrando até o fim de sua vida a bondade natural do seu coração que jamais se desmentiu*".¹⁶

As Necrologias produzidas pelo IHGB desempenhavam o papel monumental de última morada dos mortos, considerada a mais perene forma de memória possível. A palavra fixava no tempo, os grandes feitos dos mortos retratados, inscrevendo-os na eternidade, na medida que assegurava o seu registro nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A *Necrologia* referente ao falecimento de Raimundo José da Cunha Mattos produzida pelo IHGB, assemelha ao Elogio Fúnebre produzido pelo Bellegarde ao manter o tom biográfico. Como demonstra o fragmento do documento abaixo:

O Instituto Historico e Geographico do Brazil sofreu uma grande perda pela morte do seu digno vice-presidente, na secção de geografia, o marechal de campo Raymundo José da Cunha Mattos, vogal do conselho supremo militar, oficial da ordem imperial do Cruzeiro, comendador na de São Bento de Aviz, ex-deputado de duas legislaturas do Imperio, sócio correspondente do Instituto Historico de França, da Sociedade Real Bourbonica e da Academia Real das Sciencias de Napoles, secretario perpetuo da Auxiliadora da Industria Nacional, e um dos fundadores do Instituto Historico do Brazil. A morte, que tão prematuramente o arrebatou dos braços de sua família, dos seus amigos, e dos seus consócios literários, não poderá ofuscar os títulos de gloria por ele adquiridos com immensos trabalhos, que levarão o seu nome á lista dos nossos mais distinctos e activos literatos.¹⁷

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Ver Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 1, 1839, pp. 56-59.

O fragmento acima da Necrologia que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro produziu referente a Raimundo José da Cunha Mattos é ilustrativo da concepção de história vigente no século XIX, que procurava exaltar as personalidades que deveriam ser lembradas e tomadas como exemplo, constituíam ídolos, suportes de um culto municiado pela história nacional construída no interior do IHGB. A construção do ídolo nas Necrologias e Elogios Fúnebres se davam na polifonia que perpassava o histórico, o político e o funerário.

Ainda no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na secção pública do dia 06 de abril de 1848 em comemoração ao quinquagenário do IHGB para a inauguração dos bustos dos fundadores do Instituto, respectivamente o cônego Januário da Cunha Barboza e do marechal Raimundo José da Cunha Mattos, o sócio Francisco Manoel Rapozo de Almeida em seu *Elogio Histórico* refere a Raimundo José da Cunha Mattos com as seguintes palavras:

O Sr. Cunha Mattos era obreiro infatigavel na obra da Ilustração humana; era um homem que sabia harmonizar a idolatria política com os sentimentos mais suaves de família: este grande homem resumia em alto gráo as nobres qualidades de pai, de cidadão e assíduo cultor das letras.

Dotado de carater firme e enérgico, honrado e integerrimo no exercicio dos empregos que occupava, denodado no transe dos perigos, urbano e acessivel na elevação das grandezas humanas, heróe na adversidade, religioso sem fanatismo e quase ascetico desprezador das honras mundanas, taes são as brilhantes recommendações com que passa á posteridade o nosso illustre e finado consocio o Sr. Marechal Raymundo José da Cunha Mattos.¹⁸

Nas *Necrologias* e *Elogios Fúnebres* publicados no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é evidente a intensão de homenagear, além dos sócios falecidos, os homens que se dedicaram em vida à *Nação Brasileira*. Por outro lado, estes escritos devem ser entendidos inseridos na cultura histórica oitocentista que se

¹⁸ ALMEIDA, Francisco Manoel Rapozo de. *Elogio Histórico do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 11, 1848, pp. 234-240.

desenvolveu no Brasil fortemente influenciada pela concepção histórica em Cícero, que pode ser sintetizada na expressão *historia magistra vitae*.

No ano de 1888 foi à vez de Moreira Azevedo em texto intitulado *Os Precursores* apresentar a trajetória de vida de Raimundo José da Cunha Mattos no interior da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segue fragmento:

Raymundo José da Cunha Mattos, marechal, vogal do conselho supremo militar, oficial da ordem imperial do Cruzeiro, comendador da de S.Bento de Aviz, ex-deputado de duas legislaturas do Imperio e sócio de varias sociedades nacionais e estrangeiras, foi um varão illustre.

Dedicando-se á carreira militar, alistou-se nos batalhões patrioticos, que pelejaram pela liberdade da nação portuguesa, que era sua pátria. Pelo seu valor, civismo e gallhadia militar galgou logo as divisas de capitão.

Foi subindo e conquistando os postos pelos seus serviços; chegou a brigadeiro, a marechal de campo e a commandante das armas.

Monstrou-se sempre severo e intransigente no desempenho das comissões militares de que foi encarregado.

Na carreira das lettras deixou assignalado seu nome, como na das armas. No parlamento ostentou entre todos maior instrução sobre legislação militar. Dedicado ao serviço da patria, prestou-lhes tudo que lhe coube nas forças, e soube consagrar á gloria do paiz, que adotou por seu, a penna e a espada.

Dotado de prodigiosa memoria e de instrucção variada, frequentou o recinto das associações litterárias, e foi brilhante e animada a sua acção no areopago das lettras. Encantavam-no as delicias do estudo, e o que escreveu perpetuou o seu nome entre os bons cultivadores das lettras.¹⁹

¹⁹ AZEVEDO, Moreira. Os Precursores. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 51 (78): 49-53, 1888.

O texto de Moreira Azevedo segue a mesma lógica dos documentos anteriores publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apresenta o caráter biográfico como ordenador da narrativa referente a vida de Raimundo José da Cunha Mattos. Permeando todos estes textos na forma de Necrologias e Elogios Fúnebres é a prática da rememoração dos mortos imbuídas de obrigações morais que serviam de exemplo aos vivos.

Americano do Brasil, em 1924, no texto intitulado *Cunha Mattos em Goiaz (1823-1826)*, enfatiza a atuação de Raimundo José da Cunha Mattos na função de Governador das Armas da Província de Goiás que é descrito como “*uma das mais eloquentes personagens da História de Goiaz*”.²⁰ Em gratidão faz referências ao itinerário de Raimundo José da Cunha Mattos pela Província de Goiás e pela escrita da Corografia Histórica da Província de Goiás e afirma que: “*Nenhum goiano até hoje fez mais pela divulgação do ameno torrão central, cujos arcanos Cunha Mattos devassou em 1823 em penosas viagens*”. E por último enfatiza as contribuições de Raimundo José da Cunha Mattos na produção de conhecimento sobre a Província de Goiás em sua Corografia: “*Os goianos de hoje não devem esquece-lo nunca, a ele que integrou nosso berço nas sociedades de geografia, enriqueceu-o nas mapotecas e nos institutos de Historia*”.²¹

As Necrologias e Elogios Fúnebres produzidos no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro demonstram que através da escrita imortalizavam o falecido representado que passava a existir na história por meio do conhecimento instituído pela escrita. Por meio destes documentos procuramos apreender as narrativas da história de vida de Raimundo José da Cunha Mattos produzidas no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro após sua morte em 23 de fevereiro de 1839.

²⁰ BRASIL, Americano. *Cunha Mattos em Goiaz (1823-1826)*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 96, v. 150, 1924.

²¹ *Idem*.

1.2 - A narrativa de “si-mesmo” como “outro”, a família e os estudos

No dia 02 de novembro de 1776 nasceu Raimundo José da Cunha Mattos na cidade do Faro localizada na Província do Algarve em Portugal. Filho de Alexandre Manoel da Cunha Mattos e de Isabel Theodora Cecília Ignácia de Oliveira; assim Raimundo José da Cunha Mattos retratou sua família em texto manuscrito intitulado *Memórias políticas, militares e biográficas*,²² escrito provavelmente no final da década de 1820: “*Estes são os nomes dos meus ascendentes de eu tenho notícia, e entendo que nenhum pretendia qualificar-se como ramo de alguma grande família de Portugal*”.²³

Alexandre Manoel da Cunha Mattos dava atenção especial à educação do filho enviando-o a uma escola de primeiras letras. Posteriormente Raimundo José da Cunha Mattos frequentou as aulas no Colégio de São Lucas do Castelo de São Jorge e o que indica não pretendia que o filho seguisse a carreira militar como pode ser confirmado no fragmento das *Memórias políticas, militares e biográficas*: “*Meu Pai, reconhecendo o pouco que nesse tempo (1784) prometia a carreira militar, e lembrando dos desfavores da fortuna, tanto contra meu Avô como contra ele mesmo, decidiu-se a que eu me aplicasse à cirurgia [...]*.”²⁴

Para que o filho ingressasse no Colégio de São Lucas localizado no Castelo de São Jorge, Alexandre Manoel da Cunha Mattos recorreu a Manoel Pereira do Amaral, capitão da Companhia de Artífices do Regimento de Artilharia da Corte. O Colégio de São Lucas fazia parte do complexo formado pela Casa Pia de Lisboa²⁵, cujo projeto pedagógico identificava-se aos valores do Iluminismo europeu. Os esforços de

²² Não tivemos acesso a este documento manuscrito que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. As referências a esta documentação ver: RODRIGUES, Neuma Brilhante. Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília: Brasília, 2008.

²³ MATTOS, Raimundo José da. *Memórias políticas, militares e biográficas*. BNRJ, Seção de Manuscritos, 10, 2,016. *Apud* RODRIGUES, Neuma Brilhante. Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília: Brasília, 2008.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *Idem*.

Alexandre Manoel da Cunha Mattos em relação à educação de Raimundo José da Cunha Mattos tinham um objetivo claro; que o filho *“aplicasse à cirurgia para ao depois estudar Medicina na Universidade de Coimbra, ou ir freqüentar as grandes Escolas de Edimburgo, Londres ou Copenhague”*.²⁶ As aulas no Colégio de São Lucas do Castelo de São Jorge eram orientadas pelos valores do Iluminismo propiciando aos alunos uma educação moderna e Raimundo José da Cunha Mattos, neste ambiente escolar, ocorreu parte de sua formação. Como pode ser verificado no fragmento abaixo: *“Com efeito [...], [estudei] Latim, Francês, Inglês, Anatomia e Cirurgia, umas coisas no Colégio e outras no Hospital de São José, cujas aulas íamos freqüentar: não fui dos melhores estudantes, mas era tido como um dos mais aplicados”*.²⁷

Diogo Ignácio de Pina Manique foi o idealizador e maior protetor da Casa Pia de Lisboa, tinha a finalidade de constituir um conjunto de conhecimentos especializados que atuariam a serviço das necessidades mais urgentes do Império português. Neste sentido, a instituição de ensino em questão constituiu um dos alicerces da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Reino. A criação da Casa Pia de Lisboa estava vinculada à necessidade de aumentar o grau civilizacional de Portugal. Foi neste ambiente educacional embebido pelo profundo racionalismo iluminista que Raimundo José da Cunha Mattos frequentou as aulas até os 14 anos de idade.

Raimundo José da Cunha Mattos teve no Colégio São Lucas do Castelo de São Jorge a oportunidade de contato com um ensino centrado nas disciplinas exatas e experimentais. Toda a estrutura do ensino oferecido pela Casa Pia de Lisboa pautava na concepção de utilidade e na promoção de saberes importantes para a formação de um novo homem, útil ao Estado. A formação desse homem não se dava apenas através do currículo. Todas as atividades desenvolvidas no Colégio São Lucas deveriam ser inspiradas na formação desse homem civilizado.

Em junho de 1780, Raimundo José da Cunha Mattos foi tirado do colégio por iniciativa do seu pai. Estava com quase 14 anos e, possivelmente, prestes a concluir os estudos. A continuidade de seus estudos ocorreu na Escola Regimental de Faro onde reforçaria os valores iluministas que absorvera na Casa Pia de Lisboa.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

Seu pai Alexandre Manuel voltara para o Algarve em decorrência da transferência da Companhia de Artífices do Regimento de Artilharia de Faro, na qual servia. Revolveu também que Raimundo José da Cunha Mattos deveria entrar como soldado voluntário no mesmo regimento em que servia. A fase final da formação de Raimundo José da Cunha Mattos deu-se, contudo nas aulas do Regimento de Artilharia de Algarve para onde seguiu com seu pai em 1790. Os estudos de Raimundo José da Cunha Mattos foram completados na cidade de Faro. Ele continuaria a dedicar-se à cirurgia no hospital militar da cidade, tendo conseguido autorização do comandante do regimento. Com a chegada dos rumores sobre a possibilidade de Portugal ver-se envolvido numa guerra em decorrência dos acontecimentos na França, abandonou definitivamente a área médica.

1.3- Carreira militar de Raimundo José da Cunha Mattos

A escolha pela carreira militar era uma tradição entre os homens da família do lado paterno a que pertencia Raimundo José da Cunha Mattos. Seu bisavô Antônio de Mattos Bento serviu nas milícias chegando a capitão do Terço de Infantaria na comarca de Portalegre. Por sua vez, o avô Francisco Xavier de Mattos e, em seguida, o pai Alexandre Manoel da Cunha Mattos assentaram praça no Regimento de Artilharia de Estremoz.²⁸ Raimundo José da Cunha Mattos era a terceira geração da família a ingressar nos quadros da artilharia portuguesa e diferentemente da experiência de seu avô paterno e pai, ascendeu aos mais altos cargos do Exército

²⁸ Segundo Neuma Brilhante Rodrigues, as três gerações da família Cunha Mattos que ingressaram na Artilharia lusitana conheceram realidades militares distintas. Francisco Xavier de Mattos exerceu a função de soldado no período anterior ao projeto reformista do conde de La Lippe. Enquanto que Alexandre Manoel da Cunha Mattos assentou praça no segundo ano das reformas que prometiam a valorização do mérito pessoal na carreira militar e a concessão de premiações materiais e honoríficas. Raimundo José da Cunha Mattos serviu em outro momento da transição e optou por atuar fora do Reino de Portugal durante quase toda a carreira militar, o que resultou em promoções que o levaram aos mais altos postos militares. RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília: Brasília, 2008, pp.10-11.

português. No ano de 1790 com apenas 14 anos de idade, assentou praça no Regimento de Artilharia do Algarves, sendo promovido a tenente em 1798.

A escolha pelas armas foi uma opção sua na fase adulta. Segundo Neuma Brilhante Rodrigues: *“O fato de ter passado de ‘aluno esforçado’ de cirurgia a um dos mais destacados aspirantes de artilharia do seu regimento indica que estava bastante motivado com a nova carreira”*.²⁹

A formação recebida na Casa Pia de Lisboa seria enriquecida pelos conhecimentos técnicos necessários ao bom desempenho de suas novas funções nas aulas do Regimento de Artilharia de Algarve. As escolas regimentais faziam parte do conjunto de instituições laicas de ensino criadas pelo Marques de Pombal. Seguiam uma concepção prática do conhecimento, oferecendo aulas técnicas especificamente destinadas a capacitar os soldados para o bom desempenho de suas atividades. As aulas teóricas e práticas abordavam temas como a movimentação nos campos de batalha, a coleta de informações e o mapeamento de terrenos e regiões. Os artilheiros tinham aulas de matemática, bombardeios, composição de fogos de artifícios, minas, engenharia e fortificações, minas e bombas, operações e manobras. Raimundo José da Cunha Mattos considerava que as aulas haviam sido decisivas em sua vida profissional.

O Regimento de Artilharia do Faro alcançou excelente reputação sob a direção do brigadeiro Reboxo. Os artilheiros formados nas aulas e nos exercícios práticos eram conhecidos como soldados valorosos e possuidores de conhecimentos preciosos. A elaboração de mapas e de descrições geográficas também eram atividades desempenhadas pelos soldados. A maior parte dos trabalhos de cunho acadêmico feitos por Raimundo José da Cunha Mattos seria baseada em informações coletadas sobre as regiões por onde passava e na elaboração de mapas. Segundo Neuma Brilhante Rodrigues: *“As cadernetas que levou para os campos de guerra do Roussillon e da Catalunha estavam repletas de anotações sobre a região, com esboços de mapas e dos movimentos das tropas”*.³⁰

No ano de 1803, Raimundo José da Cunha Mattos tornava-se capitão do Regimento de Artilharia de São Tomé. O serviço militar nas possessões ultramarinas

²⁹ RODRIGUES, Neuma Brilhante. Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília: Brasília, 2008, p.51.

³⁰ RODRIGUES, Neuma Brilhante. Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília: Brasília, 2008, p.51.

portuguesas era uma oportunidade de alcançar postos militares mais altos. No ano de 1805, Raimundo José da Cunha Mattos servia como comandante da fortaleza de São Sebastião na ilha de São Tomé. Ao final de aproximadamente quatro anos naquele Regimento, Cunha Mattos teve a oportunidade de colocar seus ensinamentos em prática nos campos de batalha na França e na Espanha e, logo depois, na longínqua capitania de São Tomé e Príncipe. Ali, ele atuaria como militar e como agente administrativo do Império português.

1.4 - Da África para o Brasil: os enfrentamentos em Pernambuco, o dilema entre a unidade do Império Lusitano e a “causa brasileira”

Após a experiência vivida em São Tomé na África, Raimundo José da Cunha Mattos foi chamado a participar da Divisão de Voluntários Leais do Rei em abril de 1817, força organizada para combater o movimento republicano na capitania de Pernambuco. O ano de 1817 foi cenário para dois movimentos de contestação do sistema político vigente e da unidade do Império luso-brasileiro. Os acontecimentos ocorridos em Lisboa e em Pernambuco foram estimulados por circunstâncias específicas de localidade, contudo, ambos constituem como movimentos restauradores. Para os participantes, a construção do poder do rei por meio do reformismo pombalino significara a usurpação de antigos direitos e o fim do pacto a partir do qual havia sido fundada a realeza lusa.

Com a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves acreditava-se no projeto de criar um Império a partir de relações de reciprocidade. Entretanto, em Lisboa quanto em Pernambuco, a sensação de que os custos financeiros e políticos para o sustento da Corte no Rio de Janeiro eram excessivos e contrariavam claramente os privilégios conseguidos quando da restauração do controle luso da região. Insatisfações de natureza econômica, fiscal e política explicam a adesão de letrados, mercadores, agentes régios, militares, populares e escravos ao movimento rebelde em Pernambuco. De modo geral, o nordeste do Brasil enfrentava um período

de dificuldades econômicas decorrentes da seca, do aumento da tributação para financiar a manutenção da Guiana e as ações militares na Banda Oriental.

Havia também problemas nas tropas. A primazia das tropas de primeira linha, formadas majoritariamente por soldados vindos de Portugal, nas listas de promoções era o motivo de desconforto entre os oficiais reinóis e os nascidos no Brasil. Além disso, todos estavam insatisfeitos com os baixos soldos, pagos quase sempre em atraso, e com a alimentação precária, situação agravada com a escassez de alguns produtos essenciais.

O movimento pernambucano teve início em março de 1817, quando alguns militares acusados de terem mantido contato com sediciosos em jantares e assembleias resistiram à prisão, e que um deles matou seu superior. O tumulto espontaneamente tomou conta das ruas de Recife. No dia seguinte, ao início da revolta, o governador fugiu para o Rio de Janeiro e foi instaurada uma Junta Provisória de Governo, que proclamou a República. O movimento rapidamente cresceu, conseguindo diversas adesões, e alcançou a Paraíba e o Rio Grande do Norte. No Ceará e na Bahia, os adesistas foram rapidamente derrotados pelas autoridades locais. O movimento de 1817 era compreendido por muitos como a Segunda Restauração pernambucana. Desde modo, o governo provisório não invocava os direitos do Brasil, mas o descumprimento pelos Bragança do preterido pacto com a capitania, estabelecendo no momento da expulsão dos holandeses. Este sentimento explicaria a coincidência entre o espaço geográfico do “Brasil holandês” e as capitanias do Norte.

Raimundo José da Cunha Mattos, no Brasil, em 1817, foi designado para lutar contra os rebeldes em Pernambuco, em defesa da monarquia. Neste contexto, coube-lhe reorganizar o aparato defensivo da capitania e o bom desempenho lhe garantiu a transferência para o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro em 1819. Onde acompanhou as notícias vindas de Lisboa sobre a Revolução Liberal em Portugal, testemunhou os debates na nascente imprensa no reino no Brasil, as tentativas de conciliação dos interesses de Portugal e Brasil no âmbito das Cortes e, por fim, a opção pela independência. Neste contexto histórico conturbado, repensou posições políticas e redefiniu questões identitárias. Raimundo Jose da Cunha Mattos aderiu à “causa brasileira” e, como defensor do novo Estado independente, foi nomeado governador das armas da Província de Goiás em inícios de 1823. Durante três anos, circulou pelos sertões do império organizando a defesa militar da região com destaque para a

Província de Goiás. Em 1826, retornou ao Rio de Janeiro como representante de Goiás na Assembleia Legislativa.

1.4.1 - Na Província de Goiás: as notícias sobre as lutas pela Independência, o Governador das Armas, a escrita corográfica e os embates políticos provinciais

Raimundo José da Cunha Mattos serviu como Governador das Armas em Goiás entre meados de 1823 e início de 1826. Chegou à cidade de Goiás em 15 de julho, depois de pouco mais de dois meses viajando pelos sertões brasileiros na companhia de alferes José Antônio da Fonseca, seu “oficial de ordens”, de Ângelo José da Silva, de um tropeiro que lhe servia de guia e de alguns de seus escravos pessoais. A função de Governador de Armas havia sido criada no Brasil pelo decreto das Cortes de Lisboa de 29 de setembro de 1821. Esse decreto determinou a separação entre o poder civil e o militar nas províncias. O primeiro seria exercido pelos membros das Juntas Provisórias de Governo, formadas por 7 ou 5 membros eleitos entre os cidadãos mais célebres por seus conhecimentos, probidade e fidelidade à causa constitucional. O governo militar, por sua vez, seria encarregado aos governadores de armas, nomeados pelas Cortes. Eles deveriam zelar pela observância das ordens e manutenção da disciplina, cuidando especialmente da satisfação e execução da justiça nos assuntos militares.

Apesar de as questões civis estarem fora de sua competência, o Governador das Armas deveria remeter à Corte os casos em que fossem constatados “alguns descaminhos prejudiciais ao governo público da Justiça ou Fazenda”, como determinava o regulamento de 1º de junho de 1678. O posto de Governador de Armas era bastante antigo em Portugal, criado no contexto das guerras de restauração. “Regulamento dos governadores de armas, seus auditores e assessores” de 1º de junho de 1678 e “Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa”. As Cortes buscavam com tal decreto enfraquecer os poderes constituídos no Brasil, pois retirava qualquer autoridade do Príncipe herdeiro sobre as províncias – o que tornava sua permanência na América inútil e mesmo desonrosa, dizia o decreto – ao

mesmo tempo em que punha representantes diretos das Cortes ao lado das Juntas Provisórias de Governo.

É provável que as primeiras notícias da Revolução do Porto tenham chegado informalmente aquele sertão do Brasil levadas pelos tropeiros e viajantes que ali passaram vindos do Pará, da Bahia e da Corte. O pronunciamento oficial na capital da província foi feito pelo capitão-general Manuel Inácio de Sampaio em 25 de abril de 1821, após saber da adesão de D. João e da determinação de que fossem eleitos representantes para o congresso em Lisboa. Ele falou aos povos de Goiás sobre a “regeneração da monarquia portuguesa” como um evento esperado do qual deveria resultar a “prosperidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”, felicidade essa garantida pelo juramento do rei D. João VI e pela convocação dos deputados do reino do Brasil. Considerava ser impossível “calcular as vantagens de uma tão nobre resolução deve resultar aos portugueses de um e outro”. O temor das revoluções acompanhava grande parte dos agentes régios luso-brasileiros e estava presente nas falas de Sampaio, que buscava reforçar a necessidade de manutenção da ordem pela obediência aos poderes estabelecidos, nos quais se incluía.

As elites goianas se agitaram e viram na formação de uma Junta Provisória de Governo a oportunidade de confirmar seu poder local. Sampaio insistiu em que aqueles não era o caso de Goiás, visto que ele, como capitão-general, havia aderido ao movimento e tomado as medidas necessárias para a eleição dos deputados para o “soberano congresso”. As elites provinciais goianas não se conformaram, e as disputas se arrastaram sem que nenhum dos grupos conseguisse sobrepor-se aos demais no Centro-Sul. A instabilidade da província foi aguçada pela criação de um governo independente na Comarca do Norte, instituído em 14 de setembro de 1821, sob a justificativa de que o Sul não conseguiria liberta-se do despotismo. Contudo, mesmo após a formação de uma Junta em Goiás, o Norte optou por permanecer autônomo, dando como justificativas a distância entre as comarcas, o descaso como que era tratado pelo Sul e a exploração de que era vítima.

O movimento do governo da vila de Cavalcante teve como principal nome o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, que foi eleito para as Cortes. Ele tomou posse em Lisboa e lá permaneceu depois que a maioria dos deputados já havia sido retirada do Brasil. Enquanto o governo do sul da província reconhecia no príncipe regente a autoridade maior do reino do Brasil, a Junta de São João das Duas Barras buscou o reconhecimento das Cortes por considerar apenas e elas estava subordinada. Essa

decisão relacionava-se, entre outros fatores, as ligações existentes entre o atual estado do Tocantins – cujo território coincide quase que completamente com o que se encontrava sob a competência da Junta Provisória do Norte – e o Pará que permanecia fiel às Cortes até sua adesão pelas armas à causa do Brasil. Apesar do sucesso inicial, as disputas entre as elites de Cavalcante, Palmas, Arraias e Natividade levaram ao desgaste daquele governo independente e a sua posterior dissolução.

Este é o contexto histórico que Raimundo José da Cunha Mattos depara ao chegar na Província de Goiás para exercer a função de Governador das Armas. A cerimônia de posse de Cunha Mattos como Governador de Armas ocorreu no Palácio do Conde dos Arcos no dia seguinte à chegada da pequena comitiva, sendo oficializada pelo Presidente da Junta Provisória de Governo, Álvaro José Xavier Guimaraes, na presença dos deputados. Raimundo José da Cunha Mattos durante a cerimônia jurou sobre os Evangelhos defender o Imperador, o Império, a Constituição que estava sendo elaborada e a Província de Goiás. Também se comprometeu a emprestar ao governo civil seus conhecimentos técnicos para realizar os trabalhos de melhoramento da província.

Raimundo José da Cunha Mattos compreendia que tais trabalhos estavam muito além de suas atribuições como Governador das Armas da Província de Goiás, mas se propunha fazê-los como uma contribuição à Pátria. A abnegação da oferta seria reforçada pelo esclarecimento à Secretaria de que “por estes ou quaisquer outros trabalhos civis”, não seria necessário nenhum tipo de gratificação, remuneração, ajuda de custos nem vencimentos visto serem suficientes os que recebia na sua qualidade de militar. O principal prêmio esperado pelo então Governador das Armas era a “gloria e prosperidade” do Brasil, sua “Pátria adotiva” em “honra e magnificência de Sua Majestade e o bem-estar dos súditos no novo Império.

Evidenciava a concepção de Raimundo José da Cunha Mattos em relação as funções que desempenharia na Província de Goiás que pressupunha a intervenção executiva com a finalidade de melhorar a sociedade. Naquele contexto, isso significava civilizar. Os ideais do Governador das Armas causaram certo estranhamento entre os membros da elite provinciana, produzindo desconfortos entre os membros da Junta de Governo e deram início aos conflitos de jurisdição entre o Governador das Armas e o Presidente da Junta Provisória de Governo da Província de Goiás e marcam todo o período compreendido entre 1823 a 1826.

Como Governador das Armas da Província de Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos articulou principalmente com os oficiais das tropas de primeira linha e segunda linha e milicianos dispersos no território provincial. Episódio marcante foi o teste da capacidade de mobilização das tropas em casos emergenciais ao determinar que fosse tocada a *General* pouco antes de uma hora da madrugada do dia 29 de junho de 1823. O resultado foi frustrante: o comparecimento de uma parcela muito pequena dos oficiais e soldados da tropa de linha, das milícias e das ordenanças causou-lhe “o maior desgosto”. O exercício daquela madrugada produziu grande alvoroço na cidade. Nos dias que se seguiram, a constatação de que não havia sido essa sua intenção não foi suficiente para trazer de volta a tranquilidade. A *General* poderia ter sido um aviso ou uma ameaça velada? Este tema será tratado posteriormente.

1.4.2- Deputado pela Província de Goiás no Rio de Janeiro (1826-1833)

Em 06 de maio de 1826, ocorreu a abertura da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil. Durante três anos, o imperador Dom Pedro I havia governado apenas com o auxílio do Conselho de Estado. Este ato significava a implantação plena do Constitucionalismo no Brasil com a abertura das Câmaras dos Deputados e do Senado. Raimundo José da Cunha Mattos figurou naquela Assembleia dos Deputados como representante da Província de Goiás nas duas primeiras legislaturas. Sua participação foi intensa. Constam no *Índice Onomástico da Câmara dos Deputados*³¹ mais de mil falas entre 1826 a 1833.

Grande parte de suas intervenções naquela plenária concentram-se na primeira legislatura (1826-1829) e no primeiro ano da segunda legislatura. Em meados da sessão legislativa de 1831, quatro meses após a abdicação de Dom Pedro I, Raimundo José da Cunha Mattos partiu com a família para Portugal, retornando ao Brasil apenas em 1833. Apesar de ter retomado sua cadeira no parlamento, sua

³¹ CAMARA DOS DEPUTADOS. Índice Onomástico dos Anais da Câmara. (1826-1889). Senado Federal/EdUSP: Brasília, pp.1816-1827.

atuação foi muito mais contida. Enfrentou duras críticas de alguns colegas do parlamento, que o acusavam publicamente de ser simpático ao retorno de Dom Pedro I. Raimundo José da Cunha Mattos o negava categoricamente.

1.4.3 - Na direção da Academia Militar (1831-1835)

Os últimos anos de vida de Raimundo José da Cunha Mattos foram dedicados a trabalhos administrativos e acadêmicos. Sua escrita deve ser compreendida como forma de intervenção política voltada para a transformação social por meio da difusão das “luzes”. Ainda em 1833, Raimundo José da Cunha Mattos foi indicado para integrar a comissão responsável pela elaboração do projeto de organização das ordenanças do Exército e, posteriormente, designado Comandante da Academia Militar³². Esta visava à formação de um oficialato instruído nas matérias consideradas úteis na “ciência da guerra”, especialmente engenharia e artilharia. Os regimentos foram elaborados pelo então ministro da guerra e a instituição era aberta aos civis que quisessem cursar engenharia.

Em 1831 o então Ministro da Guerra, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, defendia a militarização da Academia Militar, promovendo uma reforma que impunha um novo regulamento que determinava que a direção da instituição deveria ser dada a um oficial-general capaz de elevar o nível do treinamento militar; escolheram Raimundo José da Cunha Mattos para o cargo ocupando-o até 1835 quando ocorreu a troca de ministros no mês de janeiro. Ainda no mesmo ano, recebeu a patente de Marechal de Campo e posteriormente designado Vogal do Conselho Supremo Militar³³. A escolha de Raimundo José da Cunha Mattos para o Conselho Militar foi

³² A Academia Militar foi criada em 1810 por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho segundo o modelo da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho inaugurada em Lisboa em 1790. Ver *Carta Régia* de 04 de dezembro de 1810.

³³ O Conselho Militar havia sido criado pelo Príncipe Regente Dom João em 01 de abril de 1808 e acumulava funções administrativas e judiciárias. Era constituído por três conselheiros de Guerra e do Almirantado e por oficiais nomeados como vogais. Atuava como tribunal de segunda instância para os

influenciada pelo fato de ter publicado em 1830 o primeiro tomo do *Repertório da Legislação Militar Atualmente em Vigor no Exército e Armada do Brasil*³⁴

1.5.4- Um homem de letras (1833-1839)

O primeiro livro de Raimundo José da Cunha Mattos foi publicado em 1833, intitula-se *Memória da Campanha do Senhor d. Pedro d'Alcântara, Ex-Imperador do Brasil, no Reino de Portugal, com Algumas Notícias Anteriores da Dia do seu Dsembarque*.³⁵ No ano de 1836, Raimundo José da Cunha Mattos publicou o *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*.³⁶ Outros trabalhos de relevo escritos por Raimundo José da Cunha Mattos foram a *Corografia Histórica da Província de Goiás* e a *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*. Entre 1835 e 1836, Raimundo José da Cunha Mattos escreveu *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*. Trata-se de uma obra póstuma. O manuscrito ainda inacabado pertence ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo Neuma Rodrigues Brilhante: “o conjunto das obras

crimes de foro militar. Com a criação das Juntas de Justiça Militar também criadas por Dom João VI, as atribuições do Conselho Militar forma reduzidas, pois as Juntas de Justiça Militar desempenhavam as mesmas funções do Conselho Militar em algumas províncias brasileiras. O processo de redução do poder do Conselho Militar foi agravado pela aprovação do Código Criminal de 1834 que transferiu muitos crimes antes julgados pelo Conselho Militar para a Justiça Civil. Sobre essa questão ver: SOUZA, Adriana Barreto. “Duque de Caxias e a Justiça Militar no Império”. Anais do XII Encontro Regional de História – Anpuh-Rio: Usos do passado. Rio de Janeiro, 14 a 18 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2017/08/RBHM-VI-16.pdf>, acessado em 26/09/2017.

³⁴ MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Repertório da Legislação Militar Atualmente em Vigor no Exército e Armada do Brasil*. Typ. Imp. E Const. De Seignot-Placher e Comp.: Rio de Janeiro, 1834-1842. O último volume foi publicado em 1842.

³⁵ MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memória da Campanha do Senhor d. Pedro d'Alcântara, Ex-Imperador do Brasil, no Reino de Portugal, com Algumas Notícias Anteriores da Dia do seu Dsembarque*. Typ. Imp. E Const. De Seignot-Placher e Comp.: Rio de Janeiro, 1833.

³⁶ MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Obra dedicada ao exmo.sr. Diogo Antonio Feijó. Rio de Janeiro: Tip.Imp. E Constitucional de J.Vileneuve e Cia, 1836.

escritas ou publicadas por Cunha Mattos nesse período reforça a tese acerca da sua identificação com o ideal ilustrado de se buscar o ‘conhecimento útil’.³⁷

Raimundo José da Cunha Mattos foi secretário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, instituição idealizada em 1816 por Inácio Alves Pinto de Almeida, fidalgo próximo de Dom Pedro I, mas só teve sua fundação concretizada em 1827. A atuação de Cunha Mattos na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e, posteriormente, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pode ser confirmada no seguinte fragmento: “*Pelos seus opimos serviços prestados á Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, foi eleito secretario perpetuo, e do Instituto Histórico foi um dos grandes fundadores*”³⁸

Apesar de se tratar de uma associação privada, a primeira mesa diretora foi designada por Dom Pedro I. Compreendendo a “indústria” como toda atividade econômica, seus membros preocupavam-se com o desenvolvimento do país, sobretudo com a principal atividade industrial da época: a agricultura.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional visava promover a agricultura, as artes, os ofícios, o comércio e a navegação do Brasil.

Muitos dos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional eram herdeiros da tradição do conhecimento do século XVIII e marcados pelo pragmatismo e pela busca do progresso. Essa ligação com os ideais da Ilustração seria reforçada pelo intercâmbio com academias portuguesas e de outras localidades da Europa. No caso de Portugal a principal influência viria da Academia Real das Ciências de Lisboa.

A revista *O Auxiliador da Indústria Nacional* Utilizando como principal veículo de divulgação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, cujo primeiro número saiu em 1833. Um dos objetivos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional era orientar o Estado sobre os investimentos e as novas técnicas, sobretudo agrícolas. Os membros da Sociedade estavam a par dos debates e descoberta científica que aconteciam na Europa. Preocupavam com questões da modernidade e desejavam o reconhecimento do lugar do Brasil no mundo civilizado.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado como desdobramento das propostas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e por iniciativa de

³⁷ RODRIGUES, Neuma Brilhante. Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília: Brasília, 2008.

³⁸ AZEVEDO, Moreira. Os Precursores. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 51 (78): 49-53, 1888.

Raimundo José da Cunha Mattos e do cônego Januário da Cunha Barbosa que haviam participado ativamente do contexto das lutas pela Independência e atuado na Câmara dos Deputados. Ambos viam na educação, no fortalecimento das instituições constitucionais e na criação de laços identitários entre os cidadãos brasileiros das diversas partes do Império os caminhos para a construção de um Brasil unido e civilizado.

Enquanto que a Sociedade Auxiliadora estava voltada para a capacitação técnica dos produtores, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro destinava-se a formação de um corpo burocrático orientado para a racionalização da administração. Para ser bem governado, o que também incluía a criação de laços de identidade no âmbito nacional, o Brasil precisava ver-se por inteiro. Discurso de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ³⁹.

Raimundo José da Cunha Mattos apresentou no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro na sessão de 19 de janeiro de 1839 o trabalho intitulado *Dissertação acerca do Sistema de Escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil* ⁴⁰. Na frente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Raimundo José da Cunha Mattos elegeu como documentação oficial da escrita da história do Brasil cuja atuação do Estado era o eixo central. A apresentação da *Dissertação acerca do Sistema de Escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil* nas assembleias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi o último ato de Raimundo José da Cunha Mattos atuando na esfera pública. Logo depois adoeceu e faleceu em 23 de fevereiro de 1839.

Antes de falecer solicitou a visita de Januário da Cunha Barbosa e por ele enviou uma mensagem aos sócios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disse estar pesaroso por “não haver contribuído bastante, como esperava, para a prosperidade e glória de tão úteis associações”. ⁴¹

Retomando a Necrologia referente ao falecimento de Raimundo José da Cunha Mattos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839, assim reportam em relação a morte do seu ilustre membro fundador:

³⁹ BARBOZA, Januário da Cunha e MATTOS, Raimundo José da Cunha. “Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Revista do IHGB, tomo I, Rio de Janeiro, 1839, p.5.

⁴⁰ Revista do IHGB, tomo XXVI, Rio de Janeiro, 1863, p. 137.

⁴¹ BELLEGARDE, Pedro de Alcântara. “Elogio Histórico do falecido vice-presidente o Marechal Raimundo José da Cunha Mattos”. Revista do IHGB, tomo I, Rio de Janeiro, 1839, p. 289.

Mal pensávamos nós que na mesma Revista, em que damos a noticia abreviada da instalação deste Instituto, teríamos de dar a noticia da infauta morte de um de seus fundadores; cumprindo assim um rigoroso dever da nossa associação, e pagando ao mesmo tempo a divida de gratidão contrahida para com sua memoria. Seu nome fica portanto consignado em nossas actas, recomendando á veneração dos Brasileiros, como o de um distincto militar, escritor erudito e honrado cidadão.⁴²

A intensão deste capítulo foi minimamente responder o questionamento “o que se pode saber de Raimundo José da Cunha Mattos?” a partir do recurso da *mediação narrativa* em Paul Ricoeur que se constitui na confluência entre o sentido próprio de “*relato de uma vida*” e os “*acontecimentos de uma vida*”; buscou-se reconfigurar a história da trajetória de vida de Raimundo José da Cunha Mattos entendida enquanto narrativa possível da singular história de vida do sujeito apreendida na pluralidade das *experiências vividas* no recorte temporal compreendido entre o seu nascimento em 02 de novembro de 1776 em Faro no Algarve e a sua morte no dia 23 de fevereiro de 1839 no Rio de Janeiro. Neste sentido, a trajetória de vida de Raimundo José da Cunha Mattos apresentou-se como uma miríade de traços fragmentados e heterogêneos, sublinhando o caráter plural, múltiplo e paradoxal de suas ações e itinerários. Fez necessário, retomar a noção de *identidade narrativa* em Paul Ricoeur constitutiva da *ipseidade*, pode incluir a mudança, a mutabilidade, na coesão de uma vida narrada como história.

⁴² Ver Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 1, 1839, pp. 56-59

Capítulo 2

Entre a crise do Império Luso-Brasileiro e a formação do Império do Brasil: Raimundo José da Cunha Mattos na função de Governador das Armas da Província de Goiás

2.0 – Introdução

No capítulo anterior apresentamos a trajetória de vida de Raimundo José da Cunha Mattos entre o seu nascimento e morte dividindo-a em três fases distintas. A primeira compreendida entre 1776 a 1790, onde destacamos as relações familiares e a formação ilustrada. A segunda compreendida entre 1790 a 1820, contexto que o militar português atuou na manutenção da unidade do Império Lusitano e a terceira correspondente aos anos 1820 a 1839, destacando a atuação de Cunha Mattos como militar e intelectual na manutenção da unidade política do Império do Brasil.

Neste capítulo o objetivo, no primeiro momento, é reconstituir brevemente a conjuntura política vivenciada por Raimundo José da Cunha Mattos entre a crise do Império Luso provocada pelas ideias liberais e constitucionalistas a partir de 1820, perpassando pelas lutas de Independência do Brasil e constituição do Império do Brasil até o ano de 1826. No segundo momento, propõe acompanhar na Província de Goiás as repercussões da atuação do Governador das Armas Raimundo José da

Cunha Mattos nos embates de jurisdição com os membros da Junta do Governo Civil da Província de Goiás.

Em síntese, Raimundo José da Cunha Mattos nos primeiros dez anos no Brasil dedicou-se a carreira militar. Em 1817 Raimundo José da Cunha Mattos foi designado para lutar no combate do movimento republicano na Capitania de Pernambuco em defesa da monarquia de D. João VI participando da Divisão de Voluntários Leais ao Rei a partir do mês de abril. A função desempenhada pelo militar era reorganizar o aparato defensivo da Capitania de Pernambuco e o bom desempenho lhe garantiu a transferência para o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro em 1819. Na Corte do Rio de Janeiro, Raimundo José da Cunha Mattos acompanhou as repercussões das notícias vindas de Lisboa sobre a Revolução Liberal em Portugal em 1820, testemunhou as tentativas de conciliação dos interesses de Portugal e Brasil no âmbito das Cortes e, por fim, a opção pela Independência do Brasil.

Nesse período conturbado, Raimundo José da Cunha Mattos repensou posições políticas e redefiniu questões identitárias, aderiu à causa brasileira e, como defensor do novo Estado independente, foi nomeado Governador das Armas da Província de Goiás em inícios de 1823. Durante três anos, circulou pelos sertões do império organizando a defesa militar da região e retornou ao Rio de Janeiro como representante da Província de Goiás na Assembleia Legislativa em 1826.

2.1 – A singularidade da formação do Estado Imperial do Brasil e o problema do vasto território e da manutenção da unidade política e administrativa mimetizada pela ideia da Constituição

A singularidade da formação do Estado Imperial do Brasil deve-se aos esforços empreendidos para a manutenção da unidade política com ênfase nas potencialidades do seu vasto território. Segundo Lyra, o processo de Independência política do Brasil possui três particularidades que merecem destaque, a primeira constitui no

“movimento de aproximação e não de rejeição à antiga metrópole”; a segunda refere-se *“a manutenção da unidade política de todo o território que compunha a América Portuguesa”* e por último *“constituiu em Império adotando a forma de governo monárquica”*.⁴³

Para Monteiro, *“a imensidade do território brasileiro era o maior obstáculo à realização da Independência”*.⁴⁴ Ainda segundo o historiador o isolamento das Províncias contribuiu para que o Brasil fosse dividido em circunscrições administrativas presas a Lisboa ou ao Rio de Janeiro.⁴⁵ A raridade das comunicações limitava o comércio de cada província com as províncias mais próximas ou fronteiriças.⁴⁶ Ainda em Monteiro: *“O Brasil estava, pois, arriscado a ter a sorte dos grandes vice-reinos espanhóis, desmembrados nas guerras da independência e nunca mais recompostos”*.⁴⁷ Cabe destacar que as bases de construção do Império do Brasil que, aparentemente frágil em seus primeiros anos, revelou um surpreendente poder de estabilidade interna em longo prazo, pois se manteve a unidade territorial, política e administrativa.

Após a Independência do Brasil, oficialmente em 07 de setembro de 1822, foi possível a consecução de um novo “pacto político” mimetizado pela ideia de Constituição com a convocação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa em 1823 no Rio de Janeiro. Estes representantes das províncias ao lado do Imperador D. Pedro I tinham o papel fundamental de criar o aparato político-institucional imperial. Um dos seus desdobramentos imediatos foi a urgente necessidade de soluções para a integração das Províncias do Império do Brasil estabelecendo a unidade política e administrativa em torno da Corte de D. Pedro I viável na medida em que havia interesses de diferentes grupos regionais ali representados.

⁴³ LYRA, Maria de Lourdes V. A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política. 1798-1822. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.

⁴⁴ MONTEIRO, Tobias. História do Império: a elaboração da Independência. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p.797.

⁴⁵ Idem, p. 797.

⁴⁶ Idem, p. 798.

⁴⁷ Idem, p, 799.

2.2 – O balanço do movimento de Independência do Brasil (1821- 1823)

A questão da unidade política no território do Brasil era questão central no processo de formação do Estado Imperial do Brasil e a atuação militar nas Províncias constituía o elemento essencial para a garantia da integridade territorial como pode ser observado na *Fala do Trono* de 1823, que inaugurou a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, na qual apenas algumas Províncias do Brasil estavam representadas.⁴⁸ Toda a primeira parte do discurso do Imperador foi voltada a relatar a situação do País e mostrar o esforço de guerra, com a construção das forças, estabelecimento do Exército e da Marinha. Segue o fragmento da *Fala do Trono*:

É hoje o dia maior, que o Brasil tem tido; dia em que elle pela primeira vez começa a mostrar ao mundo, que é Imperio e Imperio livre. Quão grande é meu prazer vendo juntos representantes de quase todas as províncias fazerem conhecer umas ás outras seus interesses, e sobre eles basearem uma justa e liberal constituição, que as reja. Deveríamos já ter gozado de uma representação nacional; mas a nação não conhecendo a mais tempo seus verdadeiros interesses, ou conhecendo-os, e não os podendo patentear, visto a força, e predominio do partido portuguez que, sabendo mui bem a que ponto de fraqueza, pequenez, e pobreza Portugal já estava reduzido, e ao maior gráo a que podia chegar de decadencia, nunca quis consentir (sem embargo de proclamar liberdade, temendo a separação) que os povos do Brasil gozassem de uma representação igual áquella, que eles então tinham. Enganaram-se nos seus planos conquistadores, e deste engano nos provém toda a nossa fortuna.

⁴⁸ Na primeira sessão preparatória dos trabalhos constitucionais na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa ocorrida em 17 de abril de 1823 estavam presentes os representantes das seguintes Províncias: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Paraíba do Norte, Pernambuco, Santa Catarina, Alagoas e Matogrosso. In: *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, 1823.

O Brasil, que por espaço de trezentos e tantos anos soffreu o indigno nome de colonia, e igualmente todos os males provenientes do systema destruídos então adoptado, logo que o Senhor D. João VI Rei de Portugal e Algarves, mei agosto pai o elevou á categoria de Reino pelo decreto de 16 de Dezembro de 1815, exultou de prazer: Portugal bramiu de raiva, tremeu de medo. O contentamento, que os povos deste vasto continente mostraram nessa occasião, foi inaudito; mas atrás desta medida política não veiu, como devia ter vindo, outra, qual era a convocação de uma assembléa, que organisasse o novo Reino.

O Brasil sempre sincero no seu modo de obrar, e mortificado por haver soffrido o jugo de ferro por tanto tempo antes, e mesmo depois de tal medida, immediatamente, que em Portugal se proclamou a liberdade, o Brasil gritou *Constituição Portugueza*; assentando, que por esta prova que dava de confiança a seus pseudo-irmãos, seria por elles ajudado a livrar-se dos immensos vérmes, que lhe roíam suas entranhas, não esperando nunca ser enganado.

Os Brasileiros, que verdadeiramente amavam seu paiz, jámais tiveram a intenção de se sujeitarem a uma constituição, em que todos não tivessem parte, e cujas vistas eram, de os converter repentinamente de homens livres, em vis escravos. Contudo, os obstáculos, que antes de 26 de Abril de 1821 se opunham á liberdade brasileira, e que depois continuaram a existir sustentados pela tropa europeia, fizeram com que estes povos, temendo que não pudessem gozar de uma assembléa sua, fossem pelo amor da liberdade, arrastados a seguir as infames côrtes de Portugal; para ser insultados pelo seu partido demagogico, que predominava neste hemisphero. ⁴⁹

Em 1823 a Fala do Trono proferida pelo Imperador é enfática; havia um combate com objetivos definidos, opondo o Império português ao Império do Brasil, mesmo que as forças militares do Brasil não estivessem, ainda, organizadas em um Exército efetivamente nacional, nem formassem tampouco, unanimidade dentre as elites e os povos das diferentes regiões do novo Estado Imperial em formação. Estes

fatos são os elementos relativamente mais conhecidos da guerra pela consolidação da Independência e formação do Estado Imperial que passaram entre 1822 e o primeiro semestre de 1823 e que estavam intrinsecamente ligados ao processo político que iniciou com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, Revolução do Porto em 1820, a partida de D. João VI em 1821, o funcionamento das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa e as repercussões do movimento liberal e constitucionalista no Brasil.

A criação e legitimação de um regime que se pretendia representativo da “nação” e defensor de seus direitos inseria o Império do Brasil no amplo movimento que, desde meados dos setecentos, no bojo da decadência das bases ideológicas das monarquias vigentes, atingiria todo o mundo atlântico de maneira tormentosa e fecunda. Nesse momento de profunda transformação no *modus vivendi* das sociedades ocidentais, que convencionou tratar por crise do Antigo Regime, a imagem da Constituição aparecia como de verdadeira pedra de toque, ao fornecer a materialidade a anseios de normalização do futuro a partir das experiências vividas de ruptura/continuidade com o passado.

2.3 – A Independência do Brasil como guerra

O fato de o Brasil ter conquistado sua Independência oficialmente em 07 de setembro de 1822 depois de mais de três séculos de dominação colonial lusitana, sugere questionarmos que circunstâncias históricas teriam levado à crise do sistema colonial lusitano. Montado segundo a lógica do capitalismo comercial e em razão dos interesses do Estado absolutista; o sistema colonial lusitano entrou em crise a partir da segunda metade do século XVIII depois da descoberta do ouro nas Gerais,⁵⁰ o que propiciou o aumento populacional e o desenvolvimento e expansão relativa do

⁵⁰ ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento das capitanias das Minas Geraes no século XVIII. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1951.

mercado interno. A expansão relativa do mercado interno⁵¹ coincidiu com a expansão do mercado internacional, contribuindo para que grupos locais tornassem cada vez mais questionadores das restrições comerciais impostas por Portugal como foram os casos da Inconfidência Mineira (1789) e da Conjuração Baiana (1798).⁵² Para a historiadora Emília Viotti da Costa, a crise do sistema colonial tradicional⁵³ no Brasil a partir do século XVIII ocorreu devido à intensificação dos mecanismos do sistema colonial tradicional como pode ser verificado no fragmento abaixo:

As contradições e a inviabilidade do sistema não foram, entretanto, percebidas de imediato pelos agentes do processo. A Coroa deu-se conta dos descaminhos do ouro, das sonegações fiscais, dos prejuízos que o contrabando acarretavam para os cofres reais, da queda da arrecadação dos impostos, do frequente desrespeito aos dispositivos legais. Os colonos, por sua vez, rebelaram-se contra o funcionamento de algumas instituições e contra determinadas medidas da Coroa que pareciam lesivas aos seus interesses, como, por exemplo as restrições à livre circulação entre as províncias, o limite imposto à importação de escravos, o aumento das taxas, a lentidão da justiça, a venalidade, a corrupção e os desmandos dos oficiais da Coroa, as discriminações contra os naturais da colônia. Os colonos que em princípio se consideravam portugueses do Brasil, acreditando que a única diferença entre os habitantes do Império português era de localização geográfica, perceberam, cada vez mais claramente, a incompatibilidade existente entre os seus interesses e os interesses metropolitanos. A luta, que inicialmente se apresentava como uma luta entre vassallos de um mesmo reino

⁵¹ COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. 7ª ed, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 22.

⁵² Alguns trabalhos significativos das reações de grupos locais as restrições impostas por Portugal ao Brasil no século XVIII. Referente a Conjuração Baiana ver VALIM, Patrícia. Da Sedição dos Mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica. São Paulo, FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 2007. Referente a Inconfidência Mineira ver RODRIGUES, André Figueiredo. Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁵³ COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. 7ª ed, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 22.

ou entre os vassallos e os funcionários reais, mudou de sentido, convertendo-se em luta de colonos contra o governo metropolitano.⁵⁴

O Império Luso-Brasileiro esteve como epicentro de crise para manter a unidade na experiência constitucional, ou seja, o ambiente conjuntural das reformas ilustradas nos setecentos, os desdobramentos imediatos causados pelo avanço napoleônico na Europa no início do século XIX marcaram a vinda da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro e a preservação imediata da família Bragança e do próprio regime português e inclusive no trono do Império do Brasil após a Independência.⁵⁵

2.4 – Repercussões da crise do Império Luso-Brasileiro na Província de Goiás e nas demais províncias do país e a guerra pela Independência

Na Província de Goiás os ânimos começaram a se exacerbar já nos fins de 1821. Em disputa estavam os projetos sobre a nova organização do Estado português, em discussão nas Cortes Gerais de Lisboa. Convocadas após a Revolução do Porto, de 1820, as Cortes tinham como objetivo dotar o país de uma Constituição liberal, rompendo com o Antigo Regime e principalmente o projeto de recentralização política em Lisboa.⁵⁶

Inicialmente apoiadas pelos portugueses do Reino do Brasil, as Cortes aos poucos foram sendo vistas como uma ameaça aos interesses de setores brasileiros.

⁵⁴ COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. 7ª ed, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 20.

⁵⁵ JANCSÓ, István, "A construção dos Estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como projeto", Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa (orgs.), História econômica da Independência e do Império, São Paulo, Hucitec, 1996. Ver também PIMENTA, João Paulo, O Brasil e a América espanhola (1808-1822), São Paulo, FGF/USP, TESE DE Doutorado, 2003.

⁵⁶ Ver SCHIAVINATTO, Lara Lis; "Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si (c. 1780-1830)". In: A Independência Brasileira. Novas Dimensões. Organização de Jurandir Malerba. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.233.

Para esses grupos, com o desenrolar dos trabalhos constituintes, a “regeneração” passou a soar como “recolonização”.

A largada da marcha conflitiva foi dada por Lisboa, em setembro de 1821, ao emitir Decretos, recebidos no Brasil apenas em dezembro de 1821, que modificavam a estrutura governamental do Reino do Brasil. Criavam Províncias, cuja autonomia em relação ao Rio e Janeiro praticamente anulava a entidade política unificada do Reino do Brasil, e determinava o regresso de D. Pedro à Europa. Outra medida adotada pelas Cortes com relação à organização política brasileira, e que teve forte impacto público, foi a nomeação de Governador das Armas que na prática eram comandantes provinciais das tropas, que responderiam diretamente a Lisboa. Os Governadores das Armas, ao final, tiveram papel-chave na batalha política e militar em torno da consolidação do Estado Imperial do Brasil como foi o caso de Raimundo da Cunha Mattos na Província de Goiás entre 1823 a 1826.

A ligação direta dos Governadores das Armas com Lisboa suscitou conflitos e a utilização de forças vindas de Portugal, alimentaram o imaginário brasileiro contra as Cortes, reforçando a propaganda da “recolonização”, como se observa, tempos depois, em discursos na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa a exemplo da fala do deputado constituinte Henrique de Resende em 20 de junho de 1823: “[...], Sr. Presidente, ainda está muito fresco na memória de todos um dos principaes agravos de que nos queixámos das Cortes Portuguezas: a independência dos Governadores das Armas”.⁵⁷

Em 21 de junho de 1823 foi a vez do deputado Marianno Cavalcante manifestar acerca da independência dos Governadores das Armas do Governo da Província:

“[...] foi este, Sr. Presidente, um dos pomos de discórdia entre o Brasil e Portugal, de sorte que as Cortes de Lisboa decretarão este principio, o systema inherente foi logo considerado como um mostro, ou hydra e três cabeças, pois que dividindo em três partes as funções administrativas, e fazendo-as independentes umas das outras (em vez do nexo e harmonia da Administração) a desintelligencia entre as Authoridades respectivas, dando azo a dissenções, abusos e conflitos [...]”⁵⁸

⁵⁷ Diários da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823.

⁵⁸ Diários da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823.

Com o regresso da Corte a Lisboa, em abril de 1821, D. Pedro havia sido incumbido por seu pai para desempenhar como Regente, em teoria com poderes totais sobre o Reino, apoiado em uma estrutura de poder constituída desde 1808. Era um administrador ainda um tanto indeciso⁵⁹ e não necessariamente contava com apoio de todas as Províncias que formavam o Reino do Brasil, muitas das quais se viam distantes, fisicamente e politicamente do Rio de Janeiro.⁶⁰

Fato recorrente na historiografia de que as províncias do Norte manifestarem clara adesão às cortes e recusarem qualquer subordinação econômica e política em relação ao Rio de Janeiro.⁶¹ A ideia do dissenso entre as Províncias com a ameaça da anarquia foi uma presença constante nos discursos de D. Pedro I, junto com a ameaça de “recolonização” das Cortes de Lisboa, o temor à anarquia foi utilizado para justificar a centralização política em torno da figura de D. Pedro I. A centralização político-administrativa não constituía neste contexto histórico do Brasil pós-Independência tornou-se fundamental para a consolidação do Estado Imperial brasileiro.

Aos poucos as ações e posturas adotadas por Lisboa quanto pelo Rio de Janeiro foram fazendo com que uma parte dos representantes das Províncias brasileiras chegasse a entendimentos sobre o apoio ao Príncipe. As Cortes com seus atos considerados “recolonizadores” muitas tendências brasileiras dispersas. Posteriormente, a convergência se deu pelo acordo da convocação da Assembleia Constituinte em 1823. A dissolução da Constituinte em novembro de 1823 significou o rompimento desses acordos e a volta dos conflitos entre o governo central e os provinciais.

O ponto central do que veio a seguir é que, ao optar pela permanência no Dia do Fico e, posteriormente, pela Independência, Dom Pedro I não teve em torno de si os brasileiros de todas as Províncias, nem mesmo de todas as elites provinciais. Na

⁵⁹ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p. 126.

⁶⁰ Os debates das Cortes portuguesuesas de 12 de março de 1822 exemplificam essa heterogeneidade, ao se discutir se o Brasil deveria ter apenas um Governo central, ou mais de um (esse tema, será utilizado pelos partidários de D. Pedro como exemplo da tentativa das Cortes de partir o Brasil, a fim de facilitar a “recolonização”) e quem poderia representar o interesse geral do Reino. Segundo um dos participantes do debate, o Deputado Ribeiro de Andrade, “o Brazil he dividido em duas divisões do norte e sul. He verdade que uns diferem dos outros(...)”. Já o Deputado Pinto de França pergunta: “Em que estado pois estão os nossos irmãos do Brazil? Desunidos entre sí”.

⁶¹ PEREIRA DAS NEVES, Lúcia Bastos. “Estado e política na Independência”. In: *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Organização Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 121.

Província de Goiás, por exemplo, as elites respectivamente da Comarca do Norte e da Comarca do Sul divergiam quanto a adesão ao projeto de centralização político-administrativa promovido pela Corte sediada no Rio de Janeiro ou a adesão ao projeto recolonizador das Cortes de Lisboa. Já com o avançar do processo de Independência, muitas Províncias ainda optaram pelas Cortes como foi o caso do Pará, Bahia e Maranhão. O processo envolvia interesses locais, disputas regionais e diferenças com o Rio de Janeiro ou proximidades com Lisboa. No quadro geral, ao terminar o ano de 1822, o Centro-Sul e o Sul haviam reagido positivamente à aclamação de Dom Pedro como Imperador do Brasil em 12 de outubro de 1822, porém a Província de Goiás permanecia dividida entre os dois projetos políticos, respectivamente a Comarca do Norte favorável a recolonização e a Comarca do Sul favorável à centralização político-administrativa promovida pela Corte sediada no Rio de Janeiro. No início de 1823 a chegada do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos na Província de Goiás a mando do Imperador atendia ao projeto político favorável a manutenção da unidade político-administrativa favorável a consolidação do Império do Brasil.

A guerra pela Independência do Brasil torna-se, então, central para garantir a manutenção da unidade do Império do Norte com o Sul do país, seja da relação de Dom Pedro I com as elites provinciais ou da frágil noção de unidade territorial no Brasil após a Independência. Em síntese, a força e a violência estiveram presentes em todo o período 1821-1823:

O primeiro momento de força é a tentativa de fazer Dom Pedro embarcar de volta a Lisboa, logo após o Fico, decisão que redundou na ampliação das resistências contra Lisboa. O Regente garantiu sua posição em operação militar confusa que terminou com a expulsão da Divisão Auxiliadora. Em conjunto com o programa político paulista, a força adquirida nesse processo permitiu, no início de 1822, a mencionada instauração de um polo de poder no Rio de Janeiro, que só aos poucos começou a tentar exercer sua autoridade centralizadora, sem que tivesse sido planejada, necessariamente, a Independência. A ruptura de D. Pedro com as Cortes era clara no primeiro semestre de 1822. Também eram patentes os planos de reunir o Reino em torno do Regente, que se fortaleceria e preservaria

a liderança bragantina. Daí se falar em ruptura com João VI era programa diverso, apoiado por alguns, porém não planejado.⁶²

O processo militar teve igualmente, a partir do Fico, diferentes etapas. As disputas entre portugueses, de cá e de lá, foram se metamorfoseando em revolta e rebelião, enquanto D.Pedro I se definia e tentava consolidar seu centro político carioca. Uma vez tornado um polo de contraposição às Cortes, mas ainda sem forças para comandar seus apoiadores nas Províncias, o Regente e depois Imperador, viu seus partidários organizarem as próprias forças e lutarem contra aquelas dos Governadores de Armas na esfera provincial.

2.5 – A Revolução do Porto (1820), as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa e a reação da elite provincial goiana com a chegada e atuação do Governador das Armas

No início de 1820, as províncias de norte a sul do Brasil agitaram-se após tomarem conhecimento da Revolução do Porto (1820) e das medidas empreendidas pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. A partir do rompimento dos vínculos políticos do Brasil com Portugal em meados de 1822 e que culminam na Independência em 07 de setembro de 1822, surgiram dois projetos políticos que se destacaram no cenário político nacional. O primeiro era defendido por províncias como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, este era favorável à conservação da Independência do Brasil; o segundo projeto político buscava restabelecer a aliança política do Brasil com as Cortes de Lisboa, entre as províncias defensoras destacaram a Bahia, o Pará, o Maranhão e o Piauí.⁶³

⁶² Ver NETO, Hélio Franchini. Independência e Morte: política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823). Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2015. p.25.

⁶³ Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003. P.271.

Neste contexto histórico que caracteriza as lutas pela emancipação política do Brasil, marcado pela coexistência dos dois projetos políticos antagônicos para o país, segundo a historiadora Martha Victor Vieira: *“As elites das outras províncias, onde as disputas em torno da guerra da Independência forma menos renhidas, oscilavam entre as posições desses dois grupos regionais, os quais possuíam várias ‘áreas de influência’”*.⁶⁴

Voltando-se para a Província de Goiás, esta apresentava posições políticas divergentes entre a Comarca do Sul e a Comarca do Norte no que se refere ao momento que aderiu à Independência do Brasil. O sul goiano fazia parte da área de influência do Rio de Janeiro e o norte goiano devido às relações comerciais, identificava-se com as Províncias do Pará e da Bahia.

O Estado Imperial após o rompimento com Portugal temia que a Província de Goiás, especialmente a Comarca do Norte, se aliasse às províncias do Pará, Maranhão e Piauí, rompendo com o projeto político defensor da Independência do Brasil e aderisse ao projeto político das Cortes de Lisboa.⁶⁵

Nas palavras de Macedo:

Pela condição geográfica e econômica, quase nada havia em Goiás que pudesse despertar o interesse da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra durante o processo de consolidação da Independência nacional. Isso era de antemão compreensível pela aparente irrelevância estratégica da província de Goiás, que então era apenas um imenso território sem qualquer dinâmica e economia expressiva dentro do panorama nacional e com uma rarefeita e empobrecida população disseminada em minúsculos núcleos urbanos.

Longe estava o tempo em que a produção relevante de ouro atraía para este torrão do Brasil Central os interesses, os cuidados e as ambições. Agora, no início do século XIX, não

⁶⁴ Entende-se por “áreas de influência” as localidades agregadas pelos grandes centros urbanos, os quais, constituindo-se em “espaços de poder e mando”, serviam de referência para as ações e os projetos políticos das classes dominantes americanas. Ver: JANCSÓ, István (Org.). *Independência, Independências*. In. *Independência história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005. P.19.

⁶⁵ VIEIRA, Martha Victor. *Cunha Mattos em Goiás: os conflitos de jurisdição entre o governado das armas e o governo civil (1823-1826)*. In. *Revista Território & Fronteiras*, Cuiabá, vol.5, n.2, jul.-dez., 2012. [file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-CunhaMattosEmGoiias-4807272%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-CunhaMattosEmGoiias-4807272%20(6).pdf) Acessado em: 15/01/2018.

eram mais os metais, as pedras preciosas e a perspectiva de enriquecimento os emblemas de Goiás. Disseminada pela imaginação coletiva da época, geralmente oral, fixou-se e estabeleceu-se a imagem de Goiás como uma região empobrecida, distante e relativamente isolada da dinâmica política e econômica do Brasil.⁶⁶

Durante a guerra de Independência muitos foram os casos de oficiais ingleses e franceses que venderam sua lealdade e seus conhecimentos bélicos para o Estado Imperial. Cochahne e Labatut são apenas os nomes mais conhecidos de uma lista relativamente extensa. Esse emprego de oficiais estrangeiros pelo exército “brasileiro” nada tinha de exótico dentro do contexto americano. A utilização desse tipo de militares no comando de tropas durante as guerras pela emancipação foi um expediente comum em quase todo o Novo Mundo.

Não há dúvidas que a presença destes oficiais era decorrente, em parte, da insuficiência numérica ou do mau treinamento das tropas e milícias “brasileiras”. No Brasil, as tropas atacantes nas grandes frentes de combate eram muitas vezes lideradas por estes oficiais de nacionalidade europeia. Geralmente, homens com larga experiência no campo de batalha, quase sempre adquirida durante as guerras napoleônicas ou nos embates pela independência da América hispânica.

Evidentemente, a escolha desses oficiais para o comando ou o treinamento das tropas atendia ao desejo de se ter um impecável corpo militar dirigente, algo imprescindível por ocasião de uma guerra, sobretudo quando se tinha por objetivo ofensivo expulsar as tropas portuguesas acantonadas na Bahia, no Maranhão, no Grão-Pará e na Cisplatina.

No caso de Goiás, a operação militar concebida pelo Estado Imperial era puramente defensiva. Isso porque, segundo acreditava, havia a necessidade de impedir que hipotéticas tropas portuguesas sediadas na Província do Grão-Pará invadissem a Comarca de São João das Duas Barras. Isso impunha, por certo, a mobilização das tropas existentes em Goiás. Contudo, à época, não se tinha a confiança e a certeza de que um dos oficiais locais tivesse a capacidade e a

⁶⁶ MACEDO, Tairone Zuliani de. Império e região: a dinâmica do processo de independência e a elite política em Goiás. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003. p.90.

competência para o grave exercício dessa complexa tarefa. A situação de Goiás requeria, portanto, o envio de um oficial com as credenciais, a bravura e o conhecimento militar necessário para a defesa eventual do território do Brasil Central.

2.6 – A escolha de Raimundo José da Cunha Mattos para o cargo de Governador das Armas da Província de Goiás

A escolha de Raimundo José da Cunha Mattos atendia os requisitos exigidos. Um simples lance nas linhas escritas sobre sua biografia revela que os predicados militares e morais exigidos de um leal oficial estavam presentes em seu histórico profissional. Em termos sintéticos, diante do quadro biográfico exposto no primeiro capítulo, logo se constata que Raimundo José da Cunha Mattos foi um espectador e agente da existência política de Portugal e de seu Império Ultramarino. Por excelência, um homem das margens atlânticas. Como militar e súdito, era reputado como devoto às suas obrigações a ele confinadas.

Por ocasião da mobilização militar, em 1822, Raimundo José da Cunha Mattos era um dos poucos “brasileiros” que podiam se orgulhar de possuir uma experiência efetiva no campo de batalha, virtude essa que se aliava ao amplo conhecimento da estrutura e dinâmica da máquina militar. Por isso, em 24 de fevereiro de 1823, o Estado Imperial lhe dignou ao cargo de Governador das Armas da Província de Goiás, emprego que encerrava a incumbência e o dever, segundo disse Raimundo José da Cunha Mattos em um dos seus ofícios, de proteger esta região de uma possível invasão portuguesa.

Em 08 de abril de 1823, Raimundo José da Cunha Mattos partiu com destino a Cidade de Goiás. Ia acompanhado por:

“nove bestas de bagagem, duas liteiras, [das quais] duas da bagagem do Oficial de Ordens, e de Ângelo José da Silva, e três mulas [em que iam montados]. (...) [Além] do tropeiro a

cavalo, dous tocadores de bestas, [que iam] guiando os animais, e (...) dois escravos conduzindo a liteira”.⁶⁷

Consigo, trazia o militar Raimundo José da Cunha Mattos uma carta Imperial, pela qual D.Pedro “mandava que a Junta lhe desse a posse do importante cargo”. “Referendada” ou subscrita pelo Ministro da Guerra João Vieira de Carvalho, tinha a dita missiva a data de 22 de março de 1823.⁶⁸ Foi uma longa viagem sertão adentro, em direção a Cidade de Goiás. Primeiro através do território fluminenses até Minas Gerais, depois, penetrando o Planalto Central até a Cidade de Goiás, aonde ele e sua diminuta “comitiva” chegaram a 15 de junho, concluindo assim uma jornada que durou ao todo 68 dias.

Mal pôs os pés em Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos já se viu assombrado pelo espectro circundante da política provincial. No pequeno arraial de Santa Cruz, segundo suas palavras constantes no seu famoso Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pela Província de Minas Gerais, foi cercado por um grupo de homens que sob “*pretexto de o honrarem, vieram trazer intrigas contra o Comandante do Districto, pedindo que o depusesse da Comissão, e nomeasse em seu lugar o Capitão dos Pardos*”.⁶⁹ Cunha Mattos teria então ficado “magoados com estas diatribes”, desfazendo-se “de todos os queixosos”⁷⁰ sobre o argumento de que nada deveria obrar até que tomasse posse de seu posto.

Após estes obséquios, Raimundo José da Cunha Mattos ficou a sós com o homem que fizera questão de hospedar no pequeno arraial, um torneiro branco proveniente de Minas Gerais. Este então procurou alertar Raimundo José da Cunha Mattos, dizendo-lhe:

Senhor! Vossa Excelência deve desconfiar de tantos obséquios e tantos obsequiadores que vieram quixar-se do capitão Caetano, que talvez não seja tão mal como esses indivíduos representam. O Comandante he homem muito trabalhador, e tem servido a imensos annos de Juiz e Comandante de Districto por ser reputado o mais digno por todos

⁶⁷ MATTOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pela Província de Minas Gerais. p.12.

⁶⁸ BRASIL, Americano do. Pela História de Goiás, Editora UFG, Goiânia, 1980,p. 141.

⁶⁹ MATTOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pela Província de Minas Gerais. pp.120-121.

⁷⁰ Idem, p. 120.

os Excelentíssimos Senhores Generais. Queixaram-se muito delle, mas essas queixas procedem de actos de justiça e não de atribuições de Comandante; querem deitar esse homem por terra poara os seus inimigos se vingarem.⁷¹

Magoado, segundo suas próprias palavras, com a declaração de seu atencioso anfitrião, que revelava o principio da malícia política, Raimundo José da Cunha Mattos se sentiu instado a perguntar se no insignificante arrail de Santa Cruz havia intrigas políticas: *“Também as há, respondeu o torneiro filosofo, e muito arremedão às da Corte: todos falam em Constituição; todos querem ser os primeiros fingindo ignorar que só podem ser os últimos: o sertão he povoado de muitos homens que tem menos virtudes do que malícia e ambição”*.⁷² Esse episódio foi como uma espécie de pressagio agourento, um aviso que parecia prenunciar os futuros desgostos e aborrecimentos com a elite política de Goiás.

2.7 - Raimundo José da Cunha Mattos e a administração pública da Província de Goiás e o episódio da generala

Na Cidade de Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos tomou posse no cargo de Governador das Armas no Palácio do Conde dos Arcos. A cerimônia era acompanhada pelo presidente da província, o Coronel Álvaro José Xavier e dos demais membros da Junta de Governo. Com a mão sobre os evangelhos, fez o tradicional juramento, *“prometendo defender S.M. o Imperador, o rico e vasto Império do Brasil, a Constituição Brasileira (que ainda não existia) e a província de Goiás”*.⁷³

⁷¹ Idem, p. 120.

⁷² Idem, p. 120.

⁷³ BRASIL, Americano do. Pela História de Goiás, Editora UFG, Goiânia, 1980,p. 141.

A partir de então passou a se dedicar à tarefa de disciplinar e organizar as tropas acantonadas na Cidade de Goiás. Desde o início desta incumbência Raimundo José da Cunha Mattos se mostrou entre desgostos e assustado com a precariedade do treinamento dos soldados, o despreparo dos oficiais, a insuficiência das munições, a desorganização das tropas e a indisciplina endêmica. Tudo era devidamente notificado à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, escrevendo ao Ministro Vieira de Carvalho afirmava o Governador das Armas da Província de Goiás que os regimentos de milícia da província ou pelo menos as companhias da Cidade de Goiás eram “puramente fictícios”.⁷⁴

No cargo de Governador das Armas, Raimundo José da Cunha Mattos não ficou alheio à dinâmica da vida política, econômica e social da Província de Goiás, em especial da Cidade de Goiás. Desconfiava da burocracia local considerada inepta, indolente e frequentemente corrupta desde a ocasião que debruçou sobre os arquivos existentes nos quartéis e na junta da fazenda. Porém a tensão latente não demorou a manifestar. Foi o caso do episódio ocorrido na noite de 29 de junho de 1823. Com a intenção de averiguar a prontidão dos soldados, Raimundo José da Cunha Mattos ordenou o toque de corneta em plena madrugada. O tema escolhido para o exército sigiloso foi à *generalá*, trata-se de um “*rebate militar em voga no Império e de conhecimento obrigatório a todo soldado*”.⁷⁵

Apenas a Junta de Governo fora informada pelo Governador das Armas que ocorreria a *generalá*. O desfecho do exercício se mostrou:

Uma calamidade e uma desilusão para o governador das armas. Somente alguns oficiais inferiores e poucos soldados se apresentaram em seus quartéis. Os oficiais superiores, especialmente os comandantes dos corpos, primavam pela ausência a capital da província, falando-se dos milicianos, estava repleta deles que timbravam em ostentar seus marciais fardões nos festejos de gala, e tão somente. Mas não conheciam a *generalá*. Escrevendo a Vieira de Carvalho afirmava Cunha Mattos que os regimentos de milícia da província ou pelo menos as companhias da cidade, eram puramente fictícios.⁷⁶

⁷⁴ Idem, p.144.

⁷⁵ Idem, p. 144

⁷⁶ Idem, p.144.

Parte dessa descrição elaborada por Americano do Brasil destoa sensivelmente de uma versão fornecida por Raimundo José da Cunha Mattos. Aos membros da Junta de Governo ele alegara em ofício que por ocasião do toque da *general* se “*apresentaram em Parada todos, ou quase todos os militares da Cidade*”.

77

Seja como for, após o toque da *general*, lastrou entre os habitantes da Cidade de Goiás a aleivosa notícia de que o Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos pretendia depor a Junta de Governo e instituir um novo governo, presumivelmente por ele próprio chefiado. Passado alguns dias após o ocorrido, Raimundo José da Cunha Mattos redigiu um ofício à Junta de Governo com o objetivo de dirimir qualquer dúvida causada pelo episódio da *general*. Neste ofício Raimundo Jose da Cunha Mattos explicava:

“que julgando [...] mui conveniente ao serviço do Império conhecer se as Tropas das Três Linhas dessa cidade se acham animadas de espírito e de desejo de defender sua pátria em caso de necessidade depois de haver mandado participar a Vossas Excelências as intenções pelo sargento Francisco de Alexandria e pelo secretário militar fiz tocar a *general* em 29 do mês corrente [...]”⁷⁸

A esse introito formal, se segue a triste observação de Raimundo José da Cunha Mattos, no qual se vislumbra o quanto o desagradável episódio foi capaz de melindrar a suscetibilidade do jovem coronel:

Devo porém significar a Vossas Excelências que meu coração tem sido agitado pela mais pungente dor [...]. Magou-me com efeito essa absurda novela espalhada talvez com fins sinistros, pois que só gente cega pode desconhecer as atenções e respeito com que sempre tenho tratado Vossas Excelências [...]. Portanto vou significar [...] que eu na qualidade de homem de honra e de Cavaleiro exporia e exporei a minha vida para defender a vida, a Honra, a Autoridade, a Jurisdição e as

⁷⁷ Livro Manuscrito 0119, p.9, ofício número 10, datado de 02 de junho de 1823.

⁷⁸ Idem.

Preminências de Vossas Excelências até a última extremidade.

79

Ao término do ofício, Raimundo José da Cunha Mattos se permite lançar mão de uma profissão de fé sobre as responsabilidades e os deveres que lhe impunham o cargo de Governador das Armas da Província de Goiás, expondo numa espécie de arroubo à Junta de Governo e a suas obrigações cívicas e morais:

[podeis ter certeza] de que nesta província há um Governador das Armas que não teme a morte e que preza ser honrado, e que se aparecerem traidores ou malévolos que conspirem contra a autoridade e Pessoas e Governo de Vossas Excelências, Representantes da Augusta pessoa de Sua Magestade Imperial achariam no fio da minha espada e na baioneta dos meus soldados uma certa e prematura morte.⁸⁰

Nas páginas do *Itinerário*, o episódio da generala serviu de pretexto para que Raimundo José da Cunha Mattos expusesse o caráter inconstante dos habitantes da Cidade de Goiás. Acerca dos moradores da Cidade de Goiás assim manifestava Raimundo José da Cunha Mattos:

[...] benigno, agasalhador e hospitaleiro, mas um pouco inconstante, [...] servindo de brinco de alguns ambiciosos que tem manha e guito de o enganar. Eis o motivo porque sem nenhum proveito tem praticado várias acções nos negócios políticos que alterão a marcha da administração: pequenas intrigas com ninharias tem lançado a discórdia entre várias famílias. Conheço que desfeito procede do tempo, e não dos homens; e sei que os superiores quisessem, deixar de ouvir intrigas, o povo de Goiaz pode viver como uma única família na mais íntima sociedade.⁸¹

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pela Província de Minas Gerais*. p.12.

O historiador Macedo, assim descreve os desentendimentos entre o Governador das Armas da Província de Goiás Raimundo José da Cunha Mattos com a Junta de Governo da Província de Goiás:

É difícil fazer um balanço histórico preciso das razões que levaram Cunha Mattos, primeiro, a desentender-se, e depois, a travar uma guerra de ódio contra a Junta Provisória e uma expressiva parte da burocracia militar e civil da Província de Goiás. É plausível e possível, entretanto, que o seu desgosto e seu descontentamento tenha se principiado a se fazer mais presente com a irritante decepção oriunda das deficiências que encontrava no aparelho militar de Goiás. Entretanto, o aparelho militar não se encontrava dissociado das determinações civis da administração. Na verdade, tecnicamente, a nível provincial, a burocracia militar não podia ser considerada um poder autônomo da administração civil, sobretudo, porque era ela a responsável pelo pagamento dos soldos e pela manutenção das tropas. Além disso, apesar da guerra em curso, que hipertrofiava o poder do estamento militar, não deixa esse, em última instância, de estar subordinado à dinâmica civil do poder.⁸²

O contato direto entre Raimundo José da Cunha Mattos com a Junta Interina e com a burocracia civil se tornava inevitável. E em decorrência, dos conflitos entre ambos os poderes e pela rigidez das exigências morais e cívicas do Governador das Armas, era inevitável os conflitos de jurisdição.

⁸² MACEDO, Tairone Zuliani de. Império e região: a dinâmica do processo de independência e a elite política em Goiás. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003. p.113.

2.8 - Os conflitos de jurisdição entre o Governador das Armas e o Governo da Junta Interina

Os problemas da questão militar na Província de Goiás enfrentados pelo Governador das Armas podem ser exemplificados na análise realizada por Raimundo José da Cunha Mattos após o exame das companhias de dragões e pedestres. Acerca desta questão, segue o fragmento redigido pelo historiador Americano do Brasil:

Notou não existir um só oficial efetivo, e os que constavam estar licenciados eram ao contrários réus, presos a aguardar a decisão de crimes políticos; outros oficiais estavam nos registros, com a maior parte dos soldados, na cobrança do fisco. A cadeia encontrou-a vazia; escrevendo depois ao ministro da guerra disse [Cunha Mattos], com humorismo, que “a cadeia estava vazia porque o povo desta cidade batia mais com a língua do que com as armas”.⁸³

Depois de concluir a inspeção das tropas da Cidade de Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos se dirigiu a alguns arraiais próximos à capital da Província de Goiás para o mesmo exame da tropa, conforme ele mesmo afirmou no *Itinerário*:

Depois de haver dado na Cidade de Goiás as providências que julguei necessárias nos negócios da minha repartição, de acordo com a Exm. Junta do Governo Provisório, resolvi-me a ir às tropas da primeira e da segunda linha estacionadas nos arraiais e registros da província, o que com efeito pratiquei.⁸⁴

Por meio dos exames realizados por Raimundo José da Cunha Mattos nas tropas, o Governador das Armas constatou que havia imperfeições na disciplina e na

⁸³ BRASIL, Americano do. Pela História de Goiás, Editora UFG, Goiânia, 1980, p. 146.

⁸⁴ MATTOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pela Província de Minas Gerais. p.146.

organização militar da Província de Goiás. Segue as palavras de Raimundo José da Cunha Mattos:

Estou no Arraial [de Bonfim] e passei hoje em revista huma Companhia de Cavalaria, gente branca, e três de Infantária de homens pardos: a força apresentada tinha 163 praças, todas gente boa, limpa, e sem o menor conhecimento de disciplina militar. [...] Como os soldados se armão e fardão à sua custa, como nunca tiveram, nem poderiam ter reuniões gerais; como os seus chefes nunca lhes passarão revista, não há de admirar quer os milicianos não tenham conhecimento do serviço militar.⁸⁵

Pouco depois de inspecionar as tropas do arraial do Bonfim em 25 de agosto de 1823, Raimundo José da Cunha Mattos recebe a notícia de que as tropas portuguesas sediadas no Maranhão haviam entrado no território do norte da Província de Goiás.⁸⁶

Diante deste fato, ordenou ao comandante das tropas da Cidade de Goiás que pudesse toda *“a primeira Linha prompta a marchar, e que pedisse a Exm. Junta todos os socorros necessários para a Força que tem que ir deballer o inimigo”* que se encontrava segundo o Governador das Armas da Província de Goiás *“no meiode desertos, a 300 léguas da Cidade”*.⁸⁷

Na Cidade de Goiás, em conferência com a Junta Provisória de Governo, manifestaram as primeiras e grandes irreconciliáveis divergências entre o Governador das Armas e o Governo Civil da província. Como pode ser verificado no fragmento abaixo:

[...] clarissimamente que o mesmo governo [civil] deseja que eu faça essa jornada [para o norte] só e sem levar tropas, debaixo do pretexto de não haver meios de suprir as despesas para isso necessário. A contestação foi viva de parte a parte. Eu perguntei a Junta se eram verdadeiras as notícias da invasão da província pelas forças portuguesas do Maranhão – respondeu-

⁸⁵ Idem.p.149.

⁸⁶ Idem.p.157.

⁸⁷ Idem.p.157.

me pela afirmativa. Pois bem, disse eu: Reputam Vossas Excelências que seja indispensável minha presença na Comarca Norte – Julgão V. e. que hum general sem soldado pode bater-se com um inimigo invasor aguerrido, como avaliaõ aos que entrarão? Não. Nesse caso querem V.E. entregar a Província aos Portugueses inimigos do Império. – Isso não. V.E. darão as providencias que julgar necessárias com o destacamento em que se acha o Sr. Deputado Luiz Gonzaga de Camargo Fleuri. – Excelentíssimos Senhores! Eu sem tropa não respondo pela salvação da Província; e se V.E. se opuserem à marcha da primeira Linha para o Norte a fim de expulsar os Portugueses, recairá sobre V.E. a culpa da invasão. Eu, como Governador das Armas, posso mover a primeira linha dentro da Província, e devo o quanto antes marchar para o Norte, ou ir para o Rio de Janeiro [...].⁸⁸

A partir desta ameaça de Raimundo José da Cunha Mattos o Governo da Junta Provisória mudou o parecer e tomou as providências necessárias quanto aos suprimentos e munições para as tropas que deveriam acompanhá-lo ao Norte da Província de Goiás formada pelo *“insignificante corpo de 72 praças que existião na Cidade de Goiás”*.⁸⁹

Segundo Macedo, o mais grave, contudo, quanto a questão pertinente à expedição ao Norte não foi tanto a negativa da Junta em conceder soldados, munições e suprimentos ao Governador das Armas, mas a acusação feita por este de que a expedição atendia aos interesses escusos da Junta, uma acusação que foi, aliás, comunicada detalhadamente à poderosa Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra.⁹⁰ Segue o fragmento:

[...] alguns dos membros da Junta do Governo não querem que exista nesta Província Governador das Armas, e por

⁸⁸ Idem.p.173.

⁸⁹ Idem, p.173.

⁹⁰ Macedo, Tairone Zuliani de. Império e região: a dinâmica do processo de independência e a elite política em Goiás. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003. p.106.

isso apenas eu cheguei deu-se inicio as cabalas para me por fora. A Junta quer que eu vá com a expedição para o Norte, mas essa Expedição consiste só em mim e não em soldados, porque desejam ver-me fora da província, vivo ou morto, e isso em consequência de Observar o respeito e a Amizade que me tem dado o Povo e a Tropa. Os membros do governo Provisório se batem athe se insultarem reciprocamente. Um irmão do general Curado é o maior intrigante do Universo, amotinado por officio.⁹¹

Segundo o historiador Americano do Brasil:

Esse hipotético intrigante amotinador de que fala é Inácio Soares de Bulhões, membro da Junta e afim em disposição de espírito e caráter com Raimundo Nonato Hiancinto: quanto ao presidente Álvaro José Xavier, Cunha Mattos encontra para ele , no termo nulidade, o mais apropriado dos epítetos. Já ao deputado João Jose do Couto Guimarães, o informe do Governador das Armas é que ele figura por ser rico e distribuir dinheiro. Dos membros da Junta, apenas José Rodrigues Jardim escapa à crítica demolidora do severo coronel.⁹²

Retomando a análise de Macedo: *“as insinuações e acusações de Cunha Mattos não passaram despercebidos aos membros da Junta, que estavam mais do que atentos às manifestações públicas, privadas ou oficiais do Governador das Armas”*.⁹³ Corroborando com este argumento, há o officio produzido por membros do Governo Provisório à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra:

Tendo esta Junta Provisória do Governo remetido por parada ao Governador das armas o Officio que recebeu do seo deputado enviado a Comarca de S. João das Duas Barras, na verdade sentida dos sucessos que referia o mesmo deputado ter havido entre Piaui e Maranhão, recomendou a segurança da

⁹¹ Livro Manuscrito 0118, p. 39, officio número 35, datado de 19 de setembro de 1823.

⁹² BRASIL, Americano do. Pela História de Goiás, Editora UFG, Goiânia, 1980, p. 149.

⁹³ MACEDO, Tairone Zuliani de. Império e região: a dinâmica do processo de independência e a elite política em Goiás. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003. p.106.

Província, obteve a resposta que com o dito Off levou a presença de V. Ex. em data de 29 de agosto e a Junta por Cópia numero 1 – Cumpre agora expor a V. Ex. que chegando a esta Cidade o mesmo Governador das Armas já muito prevenido, e indisposto com esta Junta, e continuando com huma parte com a lisonja e com outra parte com a intriga nos seus officios, aos quais se tem mostrado innecessivel, bem depressa se espalhou o boato de que este Governo he quem movia a dita expedição desnecessária e unicamente por apartar de si o dito Governador das Armas: he possuído deste mesmo sentimento que o Governador das Armas dirigiu o Off junto nuemro 2 em que protesta huma e muitas vezes o que do mesmo se evidencia terminando que marchava para huma expedição, que lhe parecia absolutamente desnecessária, o que deu motivo à Junta dirigir-lhe o Off numero 3, he então que de repente julga muito necessária, e athe imprescindível como se ve em seu off n 4, e convocando o conselho desta Cidade que veste farda, e fazendo a sua exposição com palavras mui convincentes, obteve dos ditos homens os votos necessários aos seus sentimentos que acabara de ter mostrado, a exceção de três ou quatro votos que votaram pela negativa. Esta Junta em vista dos Officios de seus deputados, pouco trabalho teria para mostrar a inconsequência dos mesmo [...] [officio do Governador das Armas que mostram] a prevenção e a exaltada indisposição do Governador para com a Junta, ella esta porem persuadida da justiça de V. Ex. e da moderação com que na presença de V. Ex. não deve faltar.⁹⁴

Macedo aprofunda mais na análise desta questão onde de fato, a Junta afirma em seu Ofício que houve por parte de Raimundo Jose da Cunha Mattos uma mudança de opinião quanto à expedição ao Norte. Por outro lado, *“a Junta convenientemente se esquece de ressaltar que ela também mudou de opinião, dirigindo ao Governador das Armas um ofício em que comunicava a suspensão da marcha do Corpo*

⁹⁴ Livro Manuscrito 078, pp. 97-99, ofício datado de 30 de setembro de 1823.

expedicionário".⁹⁵ O historiador afirma que tal determinação da Junta obrigou Raimundo José da Cunha Mattos a convocar um conselho de guerra que em votação, à exceção de três ou quatro votos mencionados no ofício acima, inclinou-se maciçamente pela efetivação da incursão ao Norte da Província de Goiás.

Seja como for, havia no Governador das Armas da Província de Goiás uma hesitação se deveria ou não marchar para a Comarca do Norte São João das Duas Barras e enfrentar as supostas tropas portuguesas que haviam invadido o território da Província de Goiás pela fronteira com a Província do Maranhão. Como pode ser verificado nos ofícios abaixo redigidos por Raimundo José da Cunha Mattos. No ofício datado de 16 de setembro de 1823, o Governador das Armas, manifesta sua insegurança diante dos desencontros de informações:

Apenas recebi o officio de V.Ex. dei as providencias necessárias para por esta província a salvo de qualquer ataque que os inimigos do Império projetem contra nosso Territorio. Eu já jhavia anteriormente tomados todas as cautelas que sugeria a prudência de hum homem de Guerra, expedindo ao comandante geral das Forças do Norte as Instruções e as ordens a que fiz patente a V. Ex., os quais posso me lisonjear de haver desempenhado os deveres como Militar honrado, e soldado muito fiel a Sua Magestade Imperial. Desgraçadamente, os meus projetos abortaram. Chegam notícias aterradoras, exaltam-se os espíritos dos povos, põem-se em convulsão a Província e vejo-me obrigado a fazer marchar a tropas de linha, e alguns corpos de Milicias contra esses inimigo que se aproxima, a cobrir a fronteira já para repelir os ataques dos invasores, para defender os Cidadões e terras do Império da prepotência e crueldade dos bárbaros Lusitanos [...]. Eu leio a cada momento o Offício do Exc. Deputado Gonzaga: observo a força das suas expedições: diviso o pânico e terror [...] sua alma está dominada, discorro [...] e acho-me em um labirinto de contradições de que sertamente não sei livrar-me há três meses

⁹⁵ MACEDO, Tairone Zuliani de. Império e região: a dinâmica do processo de independência e a elite política em Goiás. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003. p. 107.

que estou nessa província. [...] Diz-se nos que há inimigos mas se não nos declara numero, tempo, nem lugar; diz-nos que a província esta cercada de Revolucionários, mas não se aponta a Sua força, nem a distância a que ficam de nós. Exige-se imediatamente a presença do Governador das Armas para fazer frente aos agressores mas se não nos declara qual he a nossa força existente na fronteira e os recurso que há.⁹⁶

Raimundo José da Cunha Mattos no Ofício número 07, datado de 12 de julho de 1823, todo o paradoxo da nacionalidade se revela no desalento desse brasileiro adotivo:

[...] por que sou Português de nascimento e não obstante ser conhecido como um dos mais honrados brasileiros de convicção, amante do Imperador e do Império, eu seria taxado de traidor, e prosélito das infames e malvadas Cortes portuguesas no caso de ficar tranquilo admirador das muitas mui notáveis expedições do Off de V. Ex o deputado Gonzaga [...] Vossas Excelências distão-se logo de fora, e dizem que o Governador das Armas he responsável pela defesa da província, e quem padecerá este cazo sou eu, que serei levado a huma masmorra , e talvez ao campo da infâmia sofra a justa pena de minha morosidade, ou de minha criminoza condescendência para com Vossas Excelências. A minha honra, o meu credito, a minha reputação instão que eu marche a reparar os possíveis males da imprudentíssima jornada do Ex. Plenipotenciário de Vossas Excelências.⁹⁷

Segundo Macedo:

[...] pode-se aferir que a questão da nacionalidade parece “aflorar” quando, dentro do estamento burocrático, confrontam-se os interesses e as cosmovisões dos altos escalões da

⁹⁶ Livro Manuscrito 119, p.39, ofício numero 39, datado de 16 de setembro de 1823.

⁹⁷ Livro Manuscrito 0119, p. 51, ofício número 51.

burocracia imperial, de tendência centralizadora, frente as pequenas ou grandes ambições da burocracia provinciana, invariavelmente relacionadas aos interesses da aristocracia no plano nacional. Em Goiás, é importante lembrar que a chamada “aristocracia da terra” não desfrutava – nem de longe – do mesmo prestígio e riqueza de suas congêneres “nacionais”. Isso se devia em grande parte a incapacidade de se estabelecer em Goiás um comércio expressivo de gêneros agropastoris em virtude da grande distância que a região se encontrava dos portos e dos mercados consumidores. Assim, a fonte principal de status e dignidade na maior parte de Goiás não era dada pela terra e sua produção, mas sobretudo pelos elevados cargos públicos. Tal fato definia a importância da burocracia no panorama político e social goiano. Por isso, era particularmente melindrosa e suscetível a nomeação ou a delegação de pessoas para as mais “dignas” funções públicas.⁹⁸

A este respeito, o historiador José Honório Rodrigues nos informa:

Português de nascimento, com dezenove anos de África, a intenção de Cunha Matos ao Brasil é perfeita e evolui dia a dia numa exaltada afirmação nacionalista, embora tivesse no primeiro momento hesitado, como atestam suas Cartas publicadas em 1822. É certo que a Independência foi em parte feita por colonos portugueses prejudicados no seu interesse pela metrópole. E com eles sobreviveu a arcaica estrutura econômica que dificultou o nosso desenvolvimento. Por isso não houve ruptura com o passado, e a minoria dominante preservou intacta ou quase intacta a obsoleta estrutura colonial, absorvendo gente

⁹⁸ MACEDO, Tairone Zuliani de. Império e região: a dinâmica do processo de independência e a elite política em Goiás. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.p.115.

como Cunha Mattos, disposta a romper com a metrópole, sem romper as fronteiras do privilégio do status quo.⁹⁹

Na documentação legada por Raimundo José da Cunha Mattos entre 1823 a 1826, período que exerceu a função de Governador das Armas da Província de Goiás é possível constatar a lealdade que tinha para com a estrutura burocrática e política construída em torno de D. Pedro I. O militar lusitano que aderiu à “*causa do Brasil*” nas lutas pela Independência defendia um estado centralizado, dirigido e controlado por uma burocracia majoritariamente portuguesa ciosa de seu *status quo*.

Para Macedo:

Para homens como Cunha Mattos, havia latente o temor e a angústia de que operacionalizada algum tipo de ruptura institucional que trilhasse o caminho de um nativismo ressentido, não só ficasse ameaçado de cisão o Estado, a “nação”, a integridade territorial do Brasil e bem como o status burocracia portuguesa. Nesse sentido, pode-se dizer que muitas vezes as razões de ordem político-administrativa agiam como um biombo no qual se escondia o medo e a angústia de rebaixamento social e econômico daqueles homens e mulheres que possuíam uma origem metropolitana e que desejavam ocultá-la ou refutá-la.¹⁰⁰

Dentro deste contexto político de formação do Estado Imperial e dos conflitos de jurisdição entre o Governador das Armas com a Junta de Governo Provisória da Província de Goiás, ganha sentido na disposição de Raimundo José da Cunha Mattos em favor do centralismo político do Estado Imperial.

No dia 20 de setembro de 1823, Raimundo José da Cunha Mattos iniciou sua expedição como Governador das Armas da Província de Goiás às terras do norte goiano com o objetivo de prevenir, e caso necessário, combater as ameaças representadas pelas tropas portuguesas acantonadas no Pará e no Maranhão. Já

⁹⁹ RODRIGUES, José Honório. Independência: revolução e contra-revolução – as forças armadas. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

¹⁰⁰ MACEDO, Tairone Zuliani de. Império e região: a dinâmica do processo de independência e a elite política em Goiás. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003. p. 124.

demonstrando anteriormente, a própria expedição marcou os conflitos entre a Junta Provisória e Raimundo José da Cunha Mattos.

Entre as dificuldades enfrentadas estava em angariar os recursos devido à pobreza dos cofres públicos provinciais para o pagamento das tropas. Logo em seguida, dois dias antes do dia programado para a partida da expedição, a Junta Provisória suspendeu a expedição. Para por a tropa em marcha, Raimundo Jose da Cunha Mattos convocou o conselho de guerra reunindo quase toda a alta oficialidade que encontrava na Cidade de Goiás. O cenário que o Governador das Armas da Província de Goiás iria desbravar era profundamente rural e caracterizava o interior do Brasil.

No itinerário entre a cidade Rio de Janeiro até a Cidade de Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos trilhou o sertão para ele completamente desconhecido. Já em terras goianas, vislumbrou e conheceu os velhos arraiais ligados ao passado aurífero com Santa Cruz, Anta e Meia-Ponte. Logo em seguida, em inspeção às tropas milicianas e regulares, travou conhecimento com os povoados circunvizinhos à Cidade de Goiás, como Curralinho, Jaraguá, Meia-Ponte, etc. Estas breves incursões no sertão lhe garantia um amplo conhecimento do interior do Brasil, mais especificamente da Província de Goiás.

Capítulo 3

A representação da Província de Goiás e o projeto de centralização político-administrativa de Raimundo José da Cunha Mattos

3.0 – Introdução

A emergência do Estado Imperial brasileiro durante a primeira metade do século XIX foi um fenômeno marcado pelo esforço em garantir a consolidação da unidade político-administrativa e territorial do Brasil. Atuavam neste sentido, a Casa de Bragança, os deputados e senadores que representavam as Províncias ao tomaram assento na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa sediada no Rio de Janeiro e os funcionários régios que compunham o corpo militar e burocrático dispersos em todo o território correspondente ao Império do Brasil.

Nos anos posteriores a Independência, mais especificamente no período que Raimundo José da Cunha Mattos exerceu a função de Governador das Armas da Província de Goiás entre 1823 a 1826 o Estado Imperial configurava como uma construção política recente e esta condição era um ameaça para a manutenção da unidade territorial do Império¹⁰¹. A Independência do Brasil não provocou profundas

¹⁰¹ Diversos trabalhos historiográficos retratam a aparente fragilidade do Império do Brasil após a emancipação política como as obras: SOUZA, Iara Liz Carvalho. Pátria Coroada- o Brasil como corpo

alterações nas condições socioeconômicas que encontrava a Província de Goiás na década de 1820¹⁰², marcada pela mineração em decadência e a transição para a pecuária de subsistência e uma agricultura ainda incipiente.¹⁰³

Inserido no processo histórico de formação do Estado Imperial, Raimundo José da Cunha Mattos no exercício da função de Governador das Armas entre 1823 a 1826 era um destes funcionários régios que atuavam na garantia da unidade política-administrativa do Império do Brasil¹⁰⁴. Ao atravessar o Rio Paranaíba que correspondia o limite natural que separava a Província de Minas Gerais e a Província de Goiás, mais do que exercer a função que fora designado a serviço do Estado Imperial em formação, Raimundo José da Cunha Mattos deparou com uma vasta região com fazendas abandonadas, núcleos urbanos esparsos, estradas e pontes sem conservação, uma população preguiçosa, mestiça, escravocrata e empobrecida com o declínio do prospecção do ouro inserida na transição econômica entre a atividade mineradora para a atividade agropastoril como pode ser comprovado nos documentos produzidos pelo militar de origem lusitana referente a Província de Goiás nas obras *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836) e *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874).¹⁰⁵ Para o historiador Chaul, Raimundo José da Cunha Mattos foi um dos responsáveis pela

político autônomo 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1998. SILVA, Maria Odila Dias da. A Interiorização da Metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005. TAVARES, Luís Henrique Dias. A Independência do Brasil. In: Luso-Brazilian Review. Vol.12, n.1, 1975. VIOTTI, Emília. Da Monarquia à República – Momentos Decisivos, São Paulo, Brasiliense, 1985.

¹⁰² PALACÍN, Luís. O século do ouro em Goiás. Goiânia: UCG, 1994.

¹⁰³ Entre as obras historiográficas que abordam a transição econômica em Goiás a partir das últimas décadas do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX ver: PALACÍN, Luís. O século do ouro em Goiás. Goiânia: UCG, 1994. BERTRAN, Paulo. História da Terra e do homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal: Do indígena ao colonizador. Brasília: Solo, 1994. BERTRAN, Paulo. Formação econômica de Goiás. Goiânia: Oriente 1978. FUNES, Eurípedes. Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Ed. da UFG, 1986. (Coleção Teses Universitárias, 40).

¹⁰⁴ RODRIGUES, Neuma Brilhante. Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília: Brasília, 2008.

¹⁰⁵ Ver as fonte históricas: MATTOS, Raymundo José da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), tomo 37, parte I, 1874. MATTOS, Raymundo José da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), tomo 38, parte II, 1875. MATTOS, Raymundo José da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás. Obra dedicada ao exmo. sr. Diogo Antonio Feijó. Rio de Janeiro: Tip. Imp. E Constitucional de J. Vileneuve e Cia, 1836.

formulação da representação da decadência da Província de Goiás no contexto econômico pós-mineração.¹⁰⁶

Procuramos neste capítulo apresentar no primeiro momento o debate historiográfico acerca da decadência da Província de Goiás pós-mineração nas primeiras décadas do século XIX. No segundo momento apresentamos uma síntese da visão de Raimundo José da Cunha Mattos acerca da Província de Goiás a partir da leitura das obras *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836) e *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874) de autoria de Raimundo José da Cunha Mattos escrita no período que exerceu a função de Governador das Armas da Província de Goiás entre 1823 a 1826 e no terceiro momento, demonstrar que a visão de Raimundo José da Cunha Mattos mais do que constituir uma imagem depreciativa sobre a Província de Goiás sob o signo da decadência como insiste o historiador Chaul¹⁰⁷; comporta indícios de projeto de integração da Província de Goiás ao nascente Estado Imperial pelo viés econômico agropastoril.

A representação criada por Raimundo José da Cunha Mattos sobre a Província de Goiás mais do que um julgamento depreciativo do europeu civilizado e educado em uma cultura ilustrada; constituía um diagnóstico por parte do militar das condições socioeconômicas, físico-geográficas e populacionais que se encontrava a Província de Goiás no contexto de pós-mineração. A “*imagem da decadência*”, para usar a expressão do Chaul na obra *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade* (1997), criada por Raimundo José da Cunha Mattos trata-se de uma parte constitutiva do projeto político defendido pelo militar em favorecimento da integração econômica da Província de Goiás ao Império do Brasil por meio da agricultura e da criação de gado. Ocupando a cadeira de deputado representante da Província de Goiás nas duas legislaturas após 1826, e mais tarde na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, entre as principais contribuições do deputado e intelectual Raimundo José da Cunha Mattos referem-se à questão da agricultura,

¹⁰⁶ Segundo o historiador Nasr Nagib Fayad Chaul é entre 1819 a 1823 que fixa a imagem da decadência de Goiás na historiografia, graças aos viajantes estrangeiros como Auguste de Saint-Hilaire, ajaohann Emmanuel Pohl, Raimundo José da Cunha Mattos e o padre Luís Antônio da Silva e Souza. Ver CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.

¹⁰⁷ CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.

diretamente associada a questão fundiária e a política de imigração.¹⁰⁸ Tema que retomaremos posteriormente para esboçar o projeto de centralização político-administrativa do Governador das Armas da Província de Goiás.

3.1 – História e historiografia de Goiás da decadência

A história de Goiás vem sendo construída e relatada desde o século XVIII por meio dos relatos de viajantes, cronistas, governadores da província e historiadores. Nestas diversas concepções, algumas representações se destacaram. Isto é, imagens e conceitos foram naturalizados para se interpretar a trajetória goiana ao longo desses séculos. Nessa luta de representações, a historiografia consolidou certas percepções da Província de Goiás fundadas em dicotomias como: decadência/prosperidade, atraso/progresso ou ainda atraso/modernidade.¹⁰⁹

Uma das produções historiográficas que destoam parcialmente da imagem da decadência na Província de Goiás nas primeiras décadas do século XIX é a do historiador Bertran: *“Havia sim, em pequeno grau, deterioração dos arraiais de mineração, com suas casas fechadas pela retirada de seus moradores para o campo e que reabriam nos dias de festa”*.¹¹⁰ Ainda segundo o historiador, Goiás sobrevivera bem ao ocaso da mineração, mesmo conservando um aparato urbano, já era eminentemente desde os fins do século XVIII, uma sociedade de economia agrária, uma economia de subsistência agrícola, uma economia de abundância.¹¹¹ Em suas palavras: *“Plantava-se o que se ia comer, beber e vestir. Se algo sobrasse era para*

¹⁰⁸ Ver: LOUREÇO, Fernando Antônio. Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira.

¹⁰⁹ CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade, Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.

¹¹⁰ BERTRAN, Paulo. O olhar Alheio e o Próprio Umbigo. In: Ver CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade, Goiânia: Ed. Da UFG, 1997, p.13.

¹¹¹ BERTRAN, Paulo. História da Terra e do homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal: Do indígena ao colonizado. Brasília: Solo, 1994.

gastar em festas e coisas suntuárias”¹¹². Assim descreve o tempo social da Província de Goiás no contexto de transição da economia mineradora para a economia agropastoril:

O tempo social amoldara-se às lentidões do calendário agrícola e ao lento crescimento vegetativo dos rebanhos. Nada era urgente ou inadiável a não ser libertar o tempo para o ócio, para as inumeráveis festas do campo ou do arraial – a sociabilidade do tempo -, para pescarias e caçadas, enfim, numa palavra, para o exercício dos prazeres de uma vida simples.¹¹³

Chaul, analisando o período do esgotamento do ciclo aurífero, demonstrou como ocorreu a criação do estigma da decadência que passou a permear todas as análises historiográficas que foram feitas sobre a história de Goiás. Também demonstrou como os viajantes deixaram uma herança de estórias/histórias sobre a mineração, registrada sob o signo atávico do ócio, do atraso, do isolamento. Procurou demonstrar como os viajantes ao passarem por Goiás com seus olhos embotados pela realidade europeia, vislumbraram um aspecto comum que foi a decadência da mineração.¹¹⁴ Em suas palavras:

[...] procuramos demonstrar como a visão europeia, orientada pelas idéias de progresso e modernidade, ofuscou a visão dos viajantes e impediu que eles vislumbrassem o ritmo da sociedade goiana do período pós-mineratório que, apesar do aparente marasmo, desenvolvia sua agropecuária e imprimia seu desenvolvimento de acordo com as suas necessidades e as suas dimensões de tempo e progresso.¹¹⁵

Corroborando a tese de Bertran, Chaul defende que a pecuária foi uma atividade que precedeu a mineração, porém ganhou importância e dinamismo na Província de Goiás com o esgotamento das minas. Neste sentido, *“a crise do ouro*

¹¹² BERTRAN, Paulo. O olhar Alheio e o Próprio Umbigo. In: Ver CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade, Goiânia: Ed. Da UFG, 1997, p.13.

¹¹³ Idem, p.14.

¹¹⁴ Ver CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade, Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.

¹¹⁵ Idem, p. 234.

favoreceu o desenvolvimento da pecuária, que garantiu a boa sobrevivência da sociedade".¹¹⁶ Em suas palavras:

Assim, de antiga existência, a pecuária foi capaz de superar as carências econômicas de Goiás no período, rompendo com as barreiras impostas pelas comunicações, uma vez que o gado se autotransportava. A pecuária pôde abrir as fronteiras de Goiás ao posterior florescimento da agricultura do cerrado goiano, em níveis de exportação para o território nacional.¹¹⁷

Para Chaul, o tema da decadência decantado pelos viajantes não encontrava correspondência na sociedade local da Província de Goiás, distante dos moldes de produção capitalista que os europeus ansiavam por ver no sertão goiano. A sociedade local não era indolente, ociosa e muito menos decadente. Apenas orientava-se por outros níveis de preocupação e buscava satisfazer necessidades vitais à sua maneira.

¹¹⁸ Sobre a agricultura na Província de Goiás assim pronunciava Chaul:

É fundamental destacar, [...], que a agricultura sempre esteve presente no espaço goiano e, se não tinha objetivos de produção para a exportação, foi porque a região não encontrava estímulo para dinamizar esta produção além da necessidade de subsistência. Produzir para sua auto-sustentação, aos níveis de suas necessidades, dentro de suas possibilidades de transporte e satisfação econômicas, não significava decadência ou atraso, mas uma afirmação dessa sociedade, que se dinamizava de acordo com seu ritmo e não ao compasso das relações capitalistas europeias mais desenvolvidas. Foi, portanto, através dessa produção – considerada por muitos decadente e atrasada –, que a sociedade goiana

¹¹⁶ Idem, p. 234.

¹¹⁷ Idem, p. 234.

¹¹⁸ Idem, p. 234.

pôde atingir a capacidade produtiva exigida pela penetração dos trilhos da estrada de ferro em 1913.¹¹⁹

Estamos convencidos assim como os historiadores Chaul e Bertran que defendem que a pecuária precedeu a mineração e que apesar da Província de Goiás ter sofrido com a queda da atividade mineradora, não expressa um período de longa decadência e sim, um processo lento de recuperação de renda e comércio e de desenvolvimento dentro das possibilidades de Goiás: “a pecuária proporcionou o desenvolvimento do mercado interno e serviu de base para a ascensão plena da agricultura”.¹²⁰

Cavalcante segue a mesma lógica que a mineração constituiu o estímulo da ocupação econômica da Capitania de Goiás no século XVIII, favorecendo o povoamento disperso e irregular pelo território goiano. Em suas palavras:

A exploração das minas prosseguiu ao longo do século XVIII – embora os prenúncios da decadência já se evidenciassem a partir dos anos 50 –, com a queda gradativa da produção aurífera, atingindo, nos anos 70, uma situação bastante crítica.¹²¹

Ainda segundo Cavalcanti corroborada por Palacín e Gilka a pecuária foi responsável pela abertura de caminhos para o sertão do interior na medida em que sob o estímulo da pecuária surgiram novos centros urbanos ao sudoeste como Rio Verde, Jataí, Mineiros, Caiapônia e Quirinópolis e ao norte da Província de Goiás surgiram Palma, São José do Duro, São Domingos e Arraias.¹²²

Palacín e Moraes expressaram sobre as consequências da decadência da mineração em Goiás nas seguintes palavras:

Mas, tão logo os veios auríferos escassearam, numa técnica rudimentar, dificultando novos descobertos, a pobreza, com a mesma rapidez, substituiu a riqueza.

¹¹⁹ Idem, p. 234.

¹²⁰ Idem, p.85.

¹²¹ CAVALCANTI, Maria do Espírito Santo Rosa. Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás, 1821-1988. São Paulo: A. Garibaldi, Editora da UCG, 1999, p. 19.

¹²² Idem, p. 19.

Goiás, apesar de sua aparente embora curta prosperidade, nunca passou realmente, de um pouso de aventureiros que abandonavam o lugar, logo que as minas começavam a dar sinais de cansaço.¹²³

Palacín informa que na metade da década de quarenta do século XVIII, terminada a expansão do território minerador pela ausência de novos “descobertos” acaba a abundância milagrosa das jazidas e em declínio a produtividade, aproximam dos níveis de incerteza, estabelecendo o fluxo migratório e conclui: *“Com a decadências ficaram, irremediavelmente, os fixados à terra pelo peso da servidão ou da pobreza: os escravos e seus descendentes diretos e indiretos, os pretos forros e os pardos”*.¹²⁴

Ainda segundo Palacín:

Nos cem anos de povoamento de Goiás, a atividade econômica tinha completado uma transmutação total: de uma economia fundamentada na mineração de ouro e com grandes excedentes exportáveis nas primeiras décadas, tinha evoluído gradualmente até uma economia de caráter agrário fechada sobre si mesma, nos limites – quase – da pura subsistência.¹²⁵

3.2 – Itinerário e a Corografia redigidos por Raimundo José da Cunha Mattos: uma razão de Estado

O militar Raimundo José da Cunha Mattos no período que exerceu a função de Governador das Armas da Província de Goiás entre 1823 a 1826 escreveu as obras *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e*

¹²³ PALACÍN, Luiz e MORAES, Maria Augusta Santana de. História de Goiás. Imprensa da UFG, 1975, p. 44.

¹²⁴ PALACÍN, Luiz. Quatro tempos de ideologia em Goiás. Goiânia: Cerne, 1986, p. 46.

¹²⁵ Idem

Goiás (1836) e *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874). Cabe destacar que por meio de suas viagens pelo território provincial goiano, o militar conciliou as funções do cargo Governador das Armas da Província de Goiás com a escrita sobre a Província de Goiás. Esta prática possibilitou o registro de conhecimentos sobre os lugares por onde passou; segundo o próprio Raimundo José da Cunha Mattos: “[...] resolvi-me a escrever a *Chorographia Historica da Província*, depois de ter visitado com grande atenção a maior parte ou os lugares mais interessantes de toda ella”.¹²⁶

É evidente que um dos objetivos de Raimundo José da Cunha Mattos era ampliar o conhecimento acerca das partes constituintes da Província de Goiás e consequentemente do vasto território do Império. Neste sentido, entre os afazeres da função de Governador das Armas, ao realizar paralelamente os registros que compõem os escritos do *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836) e *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874) sua intenção era contribuir com a construção de um poderoso Império sediado no Rio de Janeiro e governado pela Casa dos Bragança.

Na introdução da *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874), Raimundo José da Cunha Mattos esclarece que este documento tinha por finalidade ser útil ao Imperador D. Pedro I e a soberania do Estado Imperial. Como é demonstrado no fragmento da *Corografia da Província do Estado de Goiás* (1874):

SENHOR

Tenho a honra de levar aos pés do augusto throno de Vossa Magestade Imperial a Chorografia Histórica da provincia de Goyaz certo que Vossa Magestade Imperial como Imperador, o Perpétuo Defensor do Império do Brasil de que a mesma provincia forma uma parte vasta, e muito interessante, se dignará attender benignamente às circunstâncias de povos fieis, cujas precisões com as côres mais vivas são apresentadas à Vossa Magestade Imperial; Queira Vossa Magestade Imperial mostrar-se pai de todos os goyanos applicando remédios aos males, e fazendo aproveitar os bens que n'esta obra manifesta aquelle que é

¹²⁶ MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Goiás*. In: *Revista do IHGB*, tomo XXXVIII, Rio de Janeiro, 1874, p.216-217.

Senhor
De Vossa Magestade Imperial
O mais submisso e agradecido súbdito.
Raimundo José da Cunha Mattos.
Arraial de Thahiras, 31 de Dezembro de 1824.¹²⁷

O fragmento acima é significativo para demonstrar a lealdade do militar Raimundo José da Cunha Mattos ao Imperador D. Pedro I ao se definir como “o *mais submisso e agradecido súbdito*”. O sentido de Império neste fragmento é reforçado pela prática da administração do Estado Imperial da época de promover a circulação dos funcionários régios entre as diversas partes de seus domínios territoriais. Em relação a *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874) Raimundo José da Cunha Mattos escreve do Arraial de Traíras na Província de Goiás para o Imperador D. Pedro I que estava no Rio de Janeiro. Em sua escrita, o militar evoca a imagem do Imperador D. Pedro I como Defensor Perpétuo do Brasil e de sua capacidade de aplicar “remédios aos males” dos goianos.

Concordamos que as obras, *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836) e *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874), de autoria de Raimundo José da Cunha Mattos comportam uma imagem da decadência da Província de Goiás como insiste o historiador Chaul na obra *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade* (1997). Porém defendemos que a imagem depreciativa registrada por Raimundo José da Cunha Mattos constituía parte do projeto político do primeiro Governador das Armas em nome da integração da Província de Goiás ao Império do Brasil sediado no Rio de Janeiro pelo viés econômico por meio da agricultura e pecuária. Fato que justifica os relatos das condições das pontes, dos rios navegáveis, as estradas e as descrições da vida dos habitantes e as atividades econômicas que desenvolviam na Província de Goiás. Raimundo José da Cunha Mattos na apresentação da *Corografia Histórica da Província de Goiás* dirige a D. Pedro I com essas palavras: “[...] Quera Vossa Magestade Imperial mostrar-se pai de todos os goyanos aplicando remedios

¹²⁷ MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Goiás*. In: Revista do IHGB, tomo XXXVIII, Rio de Janeiro, 1874, p. 214.

aos males".¹²⁸ Era a maneira que o militar a serviço do Estado Imperial informava o Imperador D. Pedro I sobre as reais condições e das necessidades de intervenção do Estado Imperial na esfera provincial, promovendo a integração e a manutenção da unidade territorial e político-administrativa do Império.

Os historiadores Sandes e Eustáquio ao debruçarem na leitura da obra *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874) de autoria de Raimundo José da Cunha Mattos destacaram a análise otimista que o Governador das Armas via, ao mesmo tempo, o futuro do Império e a miséria de Goiás.

O quadro traçado para Goiás permite que nos arrisquemos em algumas questões. Região pobre e decadente, com um pé no passado e outro no futuro [...] região fora do tempo onde nada prospera [...] os homens parecem espectros dominados pela síndrome do desânimo. O espaço é fantasmagórico: pontes caídas, estradas e fazendas abandonadas. No lugar da antiga prosperidade o vazio. Em Goiás pobreza não é apenas o contrário de riqueza, significa também o vazio que descaracteriza parte da história da região no século XIX.¹²⁹

Concluindo, os autores Sandes e Eustáquio afirmam que *"é preciso olhar com cuidado para 'o olho que vê o mundo' e que elabora uma representação sobre o social em consonância com o horizonte visual/mental daquele que vê"*.¹³⁰ Assim manifestam acerca da leitura da *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874):

Dirigi-se para o olhar rígido o militar português que optou pela nacionalidade brasileira, que, cego às avessas, via o que desejava. E é em torno do entendimento do desejo, projeto civilizatório que Cunha Mattos, elemento ordenador dos olhos deste estrangeiro, que buscamos

¹²⁸ MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Goiás*. In: Revista do IHGB, tomo XXXVIII, Rio de Janeiro, 1874, p. 214.

¹²⁹ SANDES, Noé Freire; RIBEIRO, José Eustáquio. *Nação e região: Goiás no século XIX*. Teoria e Práxis, n.3, p.44-45.

¹³⁰ Idem, p. 46.

rever o desejo, os olhos do estrangeiro que sonhou com um outro Goiás.¹³¹

A leitura que propomos das obras, *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836) e *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874), de Raimundo José da Cunha Mattos mais do que apreender a decadência da Província de Goiás no contexto da transição econômica entre a atividade mineradora e a consolidação da pecuária nas primeiras décadas do século XIX e posteriormente da agricultura ao longo do século XIX¹³², visa apreender o projeto de integração da Província de Goiás ao Império do Brasil por meio das atividades econômicas como a agricultura e pecuária.

3.3 – A escrita corográfica e itinerária de Raimundo José da Cunha Mattos: a conjugação de tempo e espaço

Segundo Kodama, as obras de Raimundo José da Cunha Mattos, *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836) e *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874), constituem “recortes do espaço visto com olhos antigos: o de uma possessão”. Foi por este enfoque que o militar dedicou e produziu o conhecimento acerca da Província de Goiás. Ainda segundo Kodama, as obras em questão tratam de escritos de cunho histórico que atestam “as relações ainda muito próximas entre as escritas sobre o tempo e as escritas relativas ao espaço”.¹³³

¹³¹ Idem, p.42.

¹³² BERTRAN, Paulo. História da Terra e do homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal: Do indígena ao colonizado. Brasília: Solo, 1994.

¹³³ KODAMA, Kaori. Itinerário, corografia e escrita da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Mattos no Império do Brasil. Escritos II – Revista da Casa Ruy Barbosa, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 2, p. 373-395, 2008. Disponível em: www.Casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero02/FCRB_Escritos_2_17_Kaori_Kodama.pdf. Acessado em: 05 de junho de 2017.

As obras de Raimundo José da Cunha Mattos, *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836) e *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874), podem ser considerados parte de um gênero de escrita histórica que é próximo do “*modelo das crônicas ou de um tipo de relato*”¹³⁴ que segundo Iglesias não comportam “*uma estrutura explicativa do processo*”¹³⁵ por inteiro, tratam de obras que apresentam o conhecimento de uma região ou a descrição de uma localidade.

Neste sentido, a *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874) escrita por Raimundo José da Cunha Mattos deve ser compreendida como “*enquadramento de um lugar, realizado por aquele que olha à sua volta*”¹³⁶ remetendo à ideia de paisagem na medida em que descreve uma localidade que se define por objetos e seres. Portanto, é um conhecimento que só pode ser concebido a partir do sujeito que vivencia a experiência. Assim Raimundo José da Cunha Mattos refere a experiência de escrever a *Corografia Histórica da Província de Goiás* entre 1823 a 1826:

[...] que acontecerá áquelles que no centro de vastos desertos, no coração do Imperio do Brasil, carecendo de livros, mappas e informações exactas, se vê de continuo batalhando com o clima que o ameaça, e com os incommodos que o atenuam, sem achar socorros scientificos para levar avante os seus desejos, o seu patriotismo, ou pelo menos a sua curiosidade?¹³⁷

Raimundo José da Cunha Mattos compara a escrita da *Corografia da Província de Goiás* com as corografias escritas sobre a Europa. O militar refere-se as corografias das nações civilizadas nas seguintes palavras:

Empreza difficultosa é escrever a chorographia e a história das nações civilizadas. Aquelles, que anos, e muitos anos passam sobre livros escolhidos e que

¹³⁴ Idem, p.375.

¹³⁵ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2000.

¹³⁶ KODAMA, Kaori. *Itinerário, corografia e escrita da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Mattos no Império do Brasil*. *Escritos II – Revista da Casa Ruy Barbosa*, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 2, p. 373-395, 2008. Disponível em: www.Casarui Barbosa.gov.br/escritos/numero02/FCRB_Escritos_2_17_Kaori_Kodama.pdf. Acessado em: 05 de junho de 2017, p. 379-380.

¹³⁷ MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Goiás*. In: *Revista do IHGB*, tomo XXXVIII, Rio de Janeiro, 1874, p. 214.

conservam mapas estatísticos exactos; aquelles que estudam com desvelos a face do paiz de que querem tratar, achando a cada passo a face homens sábios, que os informam; gente civil que os acolhe, clima sadio, que os abriga, alimentos, transportes, medicamentos, em fim todos os socorros preciosos para a prolongação da vida, e para utilidade da pátria; esses mesmos encontram escolhos tão perigosos, que muitas vezes abrem mão dos mais interessantes trabalhos por lhes parecerem insuportáveis!¹³⁸

Raimundo José da Cunha Mattos assim sintetiza sua concepção corográfica que estava intimamente relacionada à ideia de vivenciar a experiência de ir aos lugares retratados na Província de Goiás, refere-se aos perigos de se aventurar: *“Difficultosa empresa é escrever na província de Goyaz aquelle que não viaja; e perigosíssima tarefa é a de escrever na mesma província aquelle que vai viajando, com intenção de se informar”*.¹³⁹ A escrita corográfica de Raimundo José da Cunha Mattos sobre a Província de Goiás possuía uma utilidade para o Império do Brasil favorável para a sua manutenção da unidade político-administrativa e territorial.

Retomando Kodama acerca da os estilos de escrita denominados corografias e itinerários:

Tanto o Itinerário quanto as corografias se baseavam na possibilidade de descrever todos os elementos presentes em uma localidade, como se acompanhássemos um mapa desde a menor escala; como se a descrição dos elementos da localidade nos fornecesse a capacidade de “ver” a região, sem precisarmos ajustar o foco, dando um retrato o mais completo possível a seu respeito. Da mesma forma, sua listagem cronológica de eventos históricos e parte de uma visão moderna da

¹³⁸ Idem, p. 214.

¹³⁹ Idem, p. 216.

história, na qual os fatos são destacados como elementos objetivos, construtores da narrativa histórica.¹⁴⁰

Acerca do caráter testemunhal de Raimundo José da Cunha Mattos na escrita das obras *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836) e *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874) segue o fragmento: “É por isso, que tudo quanto digo em objetos chorographicos, ou topográficos nasce da minha inspecção ocular, ou de informações de pessoas praticas, e habitantes dos mesmos lugares de que eu pretendia tratar”.¹⁴¹

As obras de Raimundo José da Cunha Mattos, *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836) e *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874) são muito parecidos no modelo de escrita, pois ambos realizam um inventario do trajeto percorrido. Porém, O *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836) apresenta uma peculiaridade que é o registro pela marcação passo a passo do trajeto. Como pode ser ilustrado na citação abaixo:

Sítio do Sapezal, 4 ½ legoas.

7 DE SETEMBRO. – TERÇA FEIRA. – Sahi do Arraial de Meia Ponte ás 4 horas da manhã. A's 4 horas e $\frac{3}{4}$ passei a ponte do Rio das Almas: ás 5 horas, o Sítio do Tacoaral: ás 6 horas, os Corregos de Santa Rita, Raizama, Almoço, Angicos, e o das Lageas: ás 6 horas e $\frac{1}{4}$, o Morro da Boa vista; he muito áspero, e pedregoso: ás 6 horas e meia, o Corrego do Campo Limpo, e passado ele o sítio do mesmo nome: ás 7 horas, o Corrego fo Capão da Onça ou Dous Irmãos, tem ponte: ás 7 horas e $\frac{1}{4}$, o Corrego da Ponte Lavrada ou Braço dos Dous Irmãos: ás 7 horas e meia, o Sítio das Araras no meio da serra deste nome; perto dele há hum córrego. Descancei neste lugar. Dizem que

¹⁴⁰ KODAMA, Kaori. Itinerário, corografia e escrita da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Mattos no Império do Brasil. Escritos II – Revista da Casa Ruy Barbosa, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 2, p. 373-395, 2008. Disponível em: www.Casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero02/FCRB_Escritos_2_17_Kaori_Kodama.pdf. Acessado em: 05 de junho de 2017.

¹⁴⁰ Idem, p.386.

¹⁴¹ Ver CHPG. In: Revista do IHGB, tomo XXXVIII, Rio de Janeiro, 1874, p. 217.

até aqui ha 3 ½ legoas. A's 4 horas da tarde puz-me em marcha, e cheguei ás 4 horas e ¼ ao grande Engenho das Araras, absolutamente demolido. Adiante delle corre o ribeirão desde nome. Adiante fica o Corrego do Buriti. A's 5 horas e ¾ cheguei a Tapera do Luiz, junto da qual corre hum regato do Taborda: ás 6 e ¼, apêei-me no Sitio do Sapezal, e ahi pernoitei. Dizem que do Sitio das Araras até ao Spezal ha 2 legoas e ¼ , mas eu entendo que não excede de 4 ½ legoas toda a minha marcha através de montanhas ásperas, mãos caminhos, e desfiladeiros. Os córregos que eu passei entrão quasi todos no Dous Irmãos, e este vai ao Rio do Peixe. O Corrego do Tacoaral entra no Rio das Almas.¹⁴²

A obra *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836) é composto de anotações e relatos feito pelo militar Raimundo José da Cunha Mattos entre os anos de 1823 a 1826 nas idas que fez do Rio de Janeiro à Província de Goiás em duas viagens. Na primeira viagem ocorrida em 1823, Raimundo José da Cunha Mattos tinha como objetivo assumir a função de Governador das Armas da Província de Goiás e fiscalizar e organizar o corpo militar da província goiana. Na segunda viagem, ele realizou após ser eleito deputado pela Província de Goiás partindo novamente do Rio de Janeiro até a porção mais a oeste de Goiás com a intensão de defender o território goiano diante de uma suposta invasão do ditador paraguaio, o “doutor” Francia.

¹⁴² MATTOS, Raimundo José da Cunha Mattos. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará*. Província de Goiás. Regresso ao Porto Real. In: *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Obra dedicada ao exmo. sr. Diogo Antonio Feijó. Rio de Janeiro: Tip. Imp. E Constitucional de J. Vileneuve e Cia, 1836, p.35.

3.4 – A Província de Goiás segundo Raimundo José da Cunha Mattos

Raimundo José da Cunha Mattos percorrendo o território correspondente a Província de Goiás no período compreendido entre 1823 a 1823 ocasião que exerceu a função de Governador das Armas acabou por produzir um importante relato das condições sociais, econômicas e políticas da província goiana caracterizada pelo contexto de transição econômica entre a atividade mineradora e a atividade agropastoril.

A representação de Raimundo José da Cunha Mattos sobre a Província de Goiás na *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874) revela que a Província de Goiás fora: “descoberta, e povoada por aventureiros, que só procuravam riquezas”.¹⁴³ Encontramos neste documento histórico os indícios do projeto de civilizar e integrar a Província de Goiás ao Império do Brasil em especial com a Corte sediada no Rio de Janeiro segundo Raimundo José da Cunha Mattos: “[...] nenhum trabalhou a benefício da agricultura, do commercio, dos meios de povoar e civilizar a provincia: ouro, só ouro; eis o iman dos itinerantes; tudo o mais era para eles objeto indifferente, ou que não merecia atenção e cuidado”.¹⁴⁴

3.4.1 – A dinâmica econômica da Província de Goiás segundo Raimundo José da Cunha Mattos

O esforço em garantir a centralização do poder e ao mesmo tempo o incremento da produção de mercadorias no Brasil não é uma preocupação que surge

¹⁴³ Ver CHPG. In: Revista do IHGB, tomo XXXVIII, Rio de Janeiro, 1874, p. 215.

¹⁴⁴ Ver CHPG. In: Revista do IHGB, tomo XXXVIII, Rio de Janeiro, 1874, p. 215.

com o Estado Imperial. A Coroa Portuguesa, desde a crise do sistema colonial procurava e traçou uma série de medidas estrategicamente favoráveis a manutenção de seus domínios.¹⁴⁵ Proclamada a Independência do Brasil, estas questões continuavam na pauta do nascente Estado Imperial em suas diretivas administrativas. Neste sentido, a arte de bem governar para o Governador das Armas da Província de Goiás Raimundo José da Cunha Mattos não traduziam em apenas deter o avanço das tropas lusitanas que ameaçavam invadir o território goiano na fronteira situada ao Norte. Caberia também consolidar a ocupação econômica e definitiva do próprio território. Neste sentido, assim manifestou Raimundo Jose da Cunha Mattos acerca da Comarca do Norte da Província de Goiás:

O terreno da comarca de S. João das Duas Barras é diversificado em pedregos, calcareo, arenoso e argiloso. A superfície da terra em alguns lugares acha-se como crystallizada e reduzida a calháo; as aguas apenas a penetram, logo a abandonam, e d'aqui resulta uma aridez tal, que os rios, que no tempo das chuvas são mui caudalosos, ficam inteiramente seccos no tempo em que não chove. Ha poucos matos longe das margens dos rios, algumas catingas, muitas campinas cheias de pastos excellentes no tempo das aguas e torradas na estação sêcca; muita pedra de cal, principalmente nos districtos de Arraias e S. Domingos. As terras são baixas relativamente ás grandes cordilheiras do Paraná, Serra Geral e á de Amaro Leite. As montanhas elevadas formam vales profundos e pouco espaçosos. Estes vales no tempo das chuvas são quasi intransitaveis: os corregos ficam como rios, os rios como mares e toda a terra circunvizinha coberta de agua. N'este tempo as moléstias fazem grandes estragos. Passadas as chuvas, tudo é o inverso: a natureza altera-se, os homens alentam-se, mas os gados morrem e toda a vegetação fica aniquilada. E' mui provável que o terreno não possa ser melhorado d' aqui a grande numero de anos: a falta de homens, a pouca industria e incomprehensivel ociosidade, obstará

¹⁴⁵ NOVAIS, Fernando Antônio. Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: HUCITEC, 1986, pp. 136-198 e pp. 213-298; WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. In: Revista do IHGB, Rio de Janeiro, vol. 316, pp. 170-278 jul.-set. 1977.

*certamente a qualquer trabalho que se projecte para mudar as circumstancias peculiares d'aquelles teressos, que por ora são mui nocivas á saude dos povos e opostas á prosperidade da provincia.*¹⁴⁶

Portanto, para Raimundo José da Cunha Mattos a sua atuação política e militar não se tratava apenas de uma questão de defesa e segurança militar; mas incrementar a economia do interior do Império do Brasil, mais especificamente da Província de Goiás.

3.4.2- As potencialidades econômicas e dos dilemas da Província de Goiás segundo Raimundo José da Cunha Mattos

Outra atividade valorizada por Raimundo José da Cunha Mattos que possibilitaria a melhor integração e manutenção da unidade do território do Império, mais especificamente entre a Província de Goiás e com o Rio de Janeiro era a atividade mineradora:

Os mesmos de Goyaz; muito ouro em toda a parte: o melhor é o da Matança, junto do arraial do Pontal. O districto da Conceição é o mais rico de todos aquelles em que presentemente se trabalha. O ouro de Arraias éo de menor toque. No rio de Manoel Alves da Natividade tem-se encontrado diamantes e rubins: no Maranhão encontrou-se um grande rubim, posto que ha quem afirme o contrario; mas o proprio homem que o achou, foi que m'ó disse no dia 5 de Agosto do anno de 1824. O Paraná tem muitas pederneiras. Em S. José de Tocantins e S. Felix fabrica-se ferro para consumo do povo dos arraiaes, e ainda mesmo sabe algum para fora dos districtos. Em

¹⁴⁶ MATTOS, Raimundo José da Cunha. "Chorographia Historica da Provincia de Goyaz". Revista do IHGB, tomo XXXVIII, Rio de Janeiro, 1875, pp. 5-6.

*Trahiras tambem ha muito mineral de ferro, e, no sitio do Aranha, ferro sulfurizado em quantidade. Avalia-se o ouro que se extraher n'esta comarca em três arrobas por anno; poder-se-hião tirar centos de arrobas se houvesse indústriã, agua, braços e menos ociosidade. No Porto Real ha muito vitriolo nas rochas da margem direita do rio Tocantins. Em Trahiras achou-se uma pequena folheta de cobre no sitio dos Poções.*¹⁴⁷

A citação acima constitui um exemplo dos informes que o Governador das Armas registrava ao Imperador sobre as potencialidades mineradora da Província de Goiás. Raimundo José da Cunha Mattos acerca da mineração da comarca do norte. *“Aquillo que escrevi a respeito da mineração da comarca de Goyaz, póde aplicar-se á comarca do norte”*.¹⁴⁸

No fragmento abaixo, Raimundo José da Cunha Mattos realiza um balanço da Província de Goiás descrevendo suas potencialidades auríferas, os problemas da mineração com as chuvas e a preguiça da população local:

A maior riqueza d'estas terras faz com que se ajunte maior quantidade de ouro pelos curiosos. O Rio Maranhão é mui rico; S. José, Santa Rita, Cachoeira, e sobretudo a Conceição são os districtos em que mais se trabalha. No Maranhão os trabalhos de tirar ouro são incommodos: no tempo das sêccas quando o rio está mui baixo, trabalham de mergulho nas entaipavas, e lira cada homem diariamente 400 a 600 r\$.: o trabalho dura apenas duas horas por dia; e a desgraça é, que ajuntando seis ou oito oitavas de ouro, não tornam ao rio enquanto lhes dura aquelle, que tiraram. No tempo das chuvas extrahem algum ouro das terras sêccas: todos choram por ouro, todos têm ouro nas suas terras, mas quasi todos não trabalham, esperando que o ouro lhes caia do céu, ou que espontaneamente lhes apareça na superfície da terra. O ouro que se extraher anualmente n'esta comarca talvez chegue a 3 arrobas, e é conduzido em pó ou barra para a Bahia, ou Rio de Janeiro pelos negociantes da província,

¹⁴⁷ Idem, pp. 7-8.

¹⁴⁸ Idem, p. 14.

ou pelos mascates de Minas Geraes. Ha inumeráveis lavras abandonadas, par falta de braços que queiram aplicar-se aos trabalhos. A preguiça está introduzida n'esta comarca, e innumeraveis pessoas sofrem todos os rigores da indigencia, sustentam-se com fructas silvestres, com guarirobas, carne de porco do mato, veados, e ainda mesmo com tatús tomados em armadilhas, só para não se empregarem em serviços pesados.¹⁴⁹

Em outra passagem, Raimundo José da Cunha Mattos denuncia ao Imperador os problemas enfrentados pela população provincial e ao mesmo tempo as dificuldades enfrentadas pelo Estado que traduzem em desafios para promover a ocupação do território goiano devido à falta de recursos como médicos e medicamentos e apresenta as doenças que acometem a população local nos povoados e cidades devido à proximidade dos rios:

No tempo das chuvas quase toda a gente tem febres terças. O arraial de Cavalcante por motivo da sua elevação é mui sadio. O de Amaro Leite e Porto Real tambem são saudaveis. O da Conceição, Natividade, Agua Quente, Flôres, Palma e S. Domingos, são os peiores. O arraial de Flores em outro tempo perdoava sò a homens pardos, e estes mesmos sofriam continuamente; os brancos que là ião todos pagavam com a vida a sus temeridade. O broncocele ou a papeira acompanha a maior parte das pessoas, sobretudo nos arraiaes do Pontal, Agua Quente e S. Felix. N'aquelles sitios (são muitos), em que por absoluta falta de agua doce se bebe salobra, é raro vêr gente com papeiras. Ainda que a papeira seja attribuida, entre outras causas, à má qualidade dos alimentos de que se faz uso, eu vi que individuos, que mui bem se tratam, sofrem esta moléstia. Não existem médicos e cirurgiões, e os medicamentos ou faltam de todo, ou chegam corruptos, ou não sabem aplicar-se. O máo tratamento leva a maior parte do povo à sepultura. Em dez e meio mezes que estive com muita tropa n'esta comarca, sendo

¹⁴⁹ Idem, pp. 14-16.

todas as praças atacadas com terçãs, tive a fortuna de não perder um único soldado em razão do cuidado que com eles houve; e por isso julgo que, havendo a cautela de não se molharem quando vão suados, de não comerem alimentos indigestos, e de se tratarem apenas sofrem o primeiro ataque de febres, pouca gente morrerá e sezões, quando não forem de qualidade tão maligna que obstem a administração dos remedios imediatamente aplicados.¹⁵⁰

Raimundo José da Cunha Mattos compara a Comarca de Goiás com a Comarca de São João das Duas Barras ao demonstrar as potencialidades acerca das manufaturas e artes fabris que eram desenvolvidas na Província de Goiás, revelando a existência de um consolidado comércio local ainda pouco conhecido e explorado pelo Império do Brasil:

Acham-se em uma decadencia muito maior do que na comarca de Goyaz; digo decadencia, porque já estiveram em bom pé, como se deixa vêr pelas belissimas obras de talha das igrejas matrizes de Thahiras e S. José. No arraial de Amaro Leite fazem alguma louça tosca de excelente barro, e é onde melhor se trabalha em obras d' este genero. As mulheres tecem mui boas rendas: o panno de algodão tecido n' esta comarca é semelhante em qualidade, mas de preço muito mais subido de que o fabricado na comarca do sul.¹⁵¹

Raimundo José da Cunha Mattos acerca da atividade comercial entre a Comarca do Norte e as Províncias localizadas no Norte e no Nordeste do Brasil: *“Havendo todas as proporções para um commercio imenso entre esta comarca e a cidade do Pará, mui pouco se commercia”¹⁵²*. Segue sua análise acerca do comércio da Comarca do Norte:

Os moradores, por falta de indústrias ou de capitães, apenas exportam para o Pará alguma sola em barcas de 2000

¹⁵⁰ Idem, pp. 8-9.

¹⁵¹ Idem, p. 10.

¹⁵² Idem, p. 10.

até 4000 arrobas, que navegam no Tocantins. O seu negocio principal é com a Bahia; levam gado e ouro, trazem fazendas inglesas e pouco gêneros produzidos no Imperio. O gado que sahe da comarca montará a 4000 cabeças de bois; os fazendeiros acham-se obrigados a alimentar-se com vaccas, e d'isto resulta o haverem se despovoado grandes fazendas, em que de proposito extinguiram os princípios da fecundidade. Se isto assim continuar, é provável que d'aqui a dez anos não exista na província gado suficiente para consumo do povo d'ella. O commercio com o Pará è muito vantajoso á província; o da Bahia cheio de dificuldades na travessa dos grandes geraes ou desertos, que se encontram na comarca do sertão de Pernambuco antes de chegar ao rio de S. Francisco. Com o arraial de S. Romão sobre o mesmo rio de S. Francisco faz-se commercio de sal. Os comissários volantes ou mascates importam fazendas para esrta comarca, e exportam todo quato ouro se extrahe e a prata que se ajunta a troco de gado. Em toda a comarca não giram vinte mil cruzados; alguns fazendeiros, porem, conservam pequenas porções de numerario. Já se vê que o balanço do commercio da Bahia e Rio com a comarca é contra esta, quando aliás o negócio com o Pará é muito a favor d'ella. A sociedade de commercio, que aqui se estabeleceu em virtude da carta régia de 5 de Setembro de 1811, nada produziu por falta de industria ou de capitães (o fundo deveria ser de cem mil cruzados); e talvez por se ajuntar a tudo isto uma pouca de má fé da parte dos agentes commerciaes, que foram ao Pará.¹⁵³

Raimundo José da Cunha Mattos considera que em relação ao comércio desenvolvido entre a Comarca do Norte com a Província do Pará o melhor recurso são os rios Araguaia e Tocantins, pensando na prosperidade da Província de Goiás como um todo; portanto, defende o uso dos rios como meio de integração territorial e

¹⁵³ Idem, pp. 10-11.

via para o transporte de mercadorias e pessoas ao afirmar que todos os outros meios de promover a indústria na Província de Goiás são menos vantajosos. Ainda sobre o tema da navegação, Raimundo José da Cunha Mattos é enfático:

A comarca do norte pode ter uma imensa navegação. Os rios Paraná, Palma, Maranhão, Santa Theresa, Manoel Alves da Natividade, Somno, Manoel Alves Pequeno e Manoel Alves Grande ou Sereno, que cahem no Tocantins, são todos navegaveis em maior ou menor gráo; e, se fizerem alguns beneficios nas cachoeiras, ou seja quebrando pedras, ou seja abrindo varadouros e camaes, pode-se correr o interior d'esta província em canôas e levar os gêneros de sua produção tanto ao sul, como para o norte. Apesar, porém, d'estas grandes vantagens, apenas há três ou quatro botes que se empregam na navegação do Pará. A habilidade dos patrões e remadores falos desprezar as dificuldades e grandes perigos das cachoeiras dos rios: as do Tocantins são imensas; em muitos lugares os botes são aliviados, e as cargas conduzidas por grandes espaços de terra aos sítios de boa navegação. Se houvesse um governo criador que animasse o commercio, e obrigasse os inumeraveis vadios ao trabalho, talvez esta comarca podesse prosperar.

Raimundo José da Cunha Mattos diz acerca da agricultura na Província de Goiás: *“Pôde-se dizer à boca cheia, que na comarca do norte não há agricultura à excepção do districto de Trahiras, S. José e Natividade: nos outros districtos pouco ou nada se trabalha na terra”*.¹⁵⁴

Sobre a criação de gado na Província de Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos manifesta:

A criação do gado vacuum leva todos os cuidados dos habitantes: quando digo cuidados não se deve entender, que os homens façam beneficio ao gado, é a natureza que se produz, que o cria, e que o protege: os homens nada mais fazem do que marcal-o, castral-o, vendel-o, matal-o e comel-o. No julgado de Trahiras criam muitos porcos assim como no da Natividade: só em Trahiras se planta milho, nos outros julgados esta pantação é mui insignificante por falta

¹⁵⁴ Idem, pp. 12.

de matas, e pela qualidade arenosa da terra. A mandioca está mais introduzida, mas em tão pequena quantidade, que o povo miúdo sustenta-se a maior parte do tempo com fructas silvestres. No norte há fome constante. A preguiça dos moradores ainda excede a dos de Goyaz. Os furtos a toda hora repellidos no gado vacum, e cavalgar pelos enxames de vadios, tem dado cabo de muitas fazendas. Os índios com as suas hostilidades têm despovoado mais de oitenta grandes predios no districto de Amaro Leite, S.Felix, Carmo, Chapada e Palma. No districto do Carmo septentrional estão desertas mais de 90 fazendas pelas mesmas causas; e no de Flôres, o mais rico em gado de toda a província, vão as fazendas ficando em deploravel decadencia. O gado cavallar não recebe trato algum: não há cerdal, cabrum, lanígero, aves: em conclusão n'esta comarca não se trata de agricultura, apenas se empregam, pelo modo que eu acima disse, em conservarem alguns bois, ou vaccas. Os morcegos fazem uma destruição incrível no gado, tendo por asilo seguro as imensas cavernas das montanhas calcareas; eles sahm à noite em quantidade tão prodigiosa que parece impossível acharem fructas, e outros gêneros para se alimentarem. Eu vi nuvens d'estes malfazejos animaes: eles têm sido causa do abandono absoluto de muitas fazendas de gado; e são de tal modo atrevidos, que sangram os mesmos homens, que encontram descobertos. O território de Amaro Leite, se tivesse moradores amantes do trabalho, podia dar mantimentos de toda a qualidade para a sustentação dos habitantes da província de Goyaz; os porcos chegam até um volume enorme, sem nunca verem milho: o terreno está cheio de minhocas (vermes) mui grossas, que servem de alimento aquelles vorazes animaes. Se uma poderosa mão não acabar os enxames de ladrões de gado, que há n'esra comarca, já naturaes d'ella, já vindos do sertão de Pernambuco; se a mesma mão poderosa não reduzir de uma vez os indios a um estado de obediência; se esta mão, que todos invocâmos, sem sabermos onde existe, não atalhar o pessimo systema, seguido pelos lavradores, de venderem todos os bois, e alimentarem-se unicamente com vaccas, dentro de 10 annos será

necessário importar-se gado para esta província, que poderia abastecer com ele todo o Império do Brasil. É incrível o numero de fazendas de gado, e engenhos de assucar que estão desertos: os agentes-fiscaes, os dizimeiros, o juízo dos defuntos e ausentes, o tremendo juízo dos órfãos, as uistas da justiça, as patentes militares, os ladrões, os índios e os morcegos têm arruinado talvez mais de 400 fazendas n'esta comarca. Só no julgado de Trahiras ha 31 grandes engenhos de assucar absolutamente destruídos pelas causas acima relatadas. E não haverá quem obste a tantas desgraças?¹⁵⁵

Através desses relatos de Raimundo José da Cunha Mattos acerca da Província de Goiás no período que exerceu a função de Governador das Armas entre 1823 a 1826, o militar esboçou o um projeto de centralização política e administrativa cuja intenção era garantir a manutenção da unidade política do Império do Brasil, ao mesmo tempo promover a integração econômica entre a Província de Goiás e o Rio de Janeiro. A representação criada por Raimundo José da Cunha Mattos sobre a Província de Goiás mais do que um julgamento depreciativo do europeu civilizado e educado em uma cultura ilustrada, constitui um diagnóstico por parte do militar relatando ao Imperador as potencialidades províncias e ao mesmo tempo denunciando os problemas enfrentados localmente. Caberia ao Imperador D. Pedro I dar as soluções aos diversos problemas enfrentados na Província de Goiás, nas palavras de Cunha Mattos: "*Queira Vossa Magestade Imperial mostrar-se pai de todos os goyanos aplicando remédios aos males*".

¹⁵⁵ Idem, pp. 13-14.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência do Estado Imperial brasileiro durante a primeira metade do século XIX foi um fenômeno marcado pelo esforço em garantir a consolidação da unidade política e territorial do Brasil. Atuavam neste sentido, a Casa de Bragança, os deputados e senadores que representavam as Províncias ao tomaram assento na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa sediada no Rio de Janeiro e os funcionários régios que compunham o corpo militar e burocrático dispersos nas províncias que correspondiam ao território do Império do Brasil. Nos anos posteriores a Independência, mais especificamente no período que Raimundo José da Cunha Mattos exerceu a função de Governador das Armas da Província de Goiás entre 1823 a 1826 o Estado Imperial configurava como uma construção política recente e esta condição constituía em ameaça para a manutenção da unidade territorial do Império. A Independência não provocou profundas alterações nas condições socioeconômicas que encontrava a Província de Goiás no início da década de 1820, a economia goiana naquele contexto histórico era marcada pelo declínio da atividade mineradora e pela presença da pecuária de subsistência e uma agricultura ainda incipiente.

Inserido no processo histórico de formação do Estado Imperial, Raimundo José da Cunha Mattos no exercício da função de Governador das Armas entre 1823 a 1826 era um destes funcionários régios que atuavam na garantia da unidade do Império do Brasil. Mais do que exercer a função que fora designado a serviço do Estado Imperial em formação, o militar em seus escritos corográficos forjou uma representação da região correspondente a Província de Goiás e de sua população ao chegar em terras goianas, deparou com uma vasta região com fazendas abandonadas, núcleos urbanos esparsos, estradas e pontes sem conservação, uma população, mestiça, escravocrata e empobrecida com o declínio do prospecção do ouro inserida na transição econômica entre a atividade mineradora para a atividade agropastoril. Raimundo José da Cunha Mattos testemunhou o que considerava ser as dificuldades enfrentadas na esfera provincial goiana no sentido de promover a civilização e a integração ao Império do Brasil. Os seus escritos constituem uma denúncia ao

Imperador dos “males” que sofrem os goianos e ao mesmo tempo espera de D. Pedro I a aplicação dos “remédios aos males”.

Na trajetória de vida Raimundo José da Cunha Mattos, percorrendo de forma sucinta o seu itinerário perpassando pela Europa, África e Brasil, demonstrou-se que o militar atuou a serviço da manutenção da unidade do vasto Império Lusitano no período compreendido entre o seu ingresso na carreira militar em 1790 com apenas 14 anos de idade, assentou praça no Regimento de Artilharia do Algarve até a Revolução do Porto em 1820. No segundo momento, marcado pela efervescência das ideias liberais e constitucionais, ocorre a emancipação política do Brasil e Raimundo José da Cunha Mattos passa a atuar militarmente e intelectualmente em defesa da unidade política do território do Império do Brasil até sua prematura morte em 1839.

Fez necessário reconstruir a conjuntura política vivenciada por Raimundo José da Cunha Mattos entre a crise do Império Luso-Brasileiro provocada pelas ideias liberais e constitucionalistas a partir de 1820, perpassando pelas lutas de Independência do Brasil e constituição do Império do Brasil até o ano de 1826. No contexto que Raimundo José da Cunha Mattos era Governador das Armas da Província de Goiás entre 1823 e 1826 ocorreram conflitos de jurisdição entre o Governador das Armas e a Junta de Governo Civil da Província de Goiás.

A atuação de Raimundo José da Cunha Mattos na função de Governador das Armas da Província de Goiás entre 1823 a 1826 foi fundamental para a compreensão dos desdobramentos históricos referente a construção do Estado Imperial brasileiro nas primeiras décadas do século XIX na esfera provincial goiana. Neste sentido, a intenção foi compreender historicamente a partir dos traços biográficos do militar lusitano que aderiu a “causa do Brasil” nas lutas pela Independência que a consolidação do Estado Imperial na Província de Goiás. Pressupondo que a presença do Governador das Armas nas terras goianas foi central na manutenção da unidade política e administrativa do Império. Mais do que um militar a serviço da Monarquia Constitucional de D. Pedro I, buscou-se enfatizar que o Governador das Armas era um intelectual que em seus escritos corográficos produzidos no período que esteve na Província de Goiás comportam um projeto de centralização política e administrativa favorável a manutenção da unidade do território vasto Império do Brasil que se daria por meio da integração econômica.

FONTES

ANAES DA Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Índice Onomástico dos Anais da Câmara. (1826-1889). Senado Federal/EdUSP: Brasília, pp.1816-1827.

Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823.

MATTOS, Raimundo José da. *Memórias políticas, militares e biográficas* encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos.

_____. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), tomo 37, parte I, 1874. MATTOS, Raymundo José da Cunha.

_____. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), tomo 38, parte II, 1875.

_____. Repertório da *Legislação Militar Atualmente em Vigor no Exército e Armada do Brasil*. Typ. Imp. E Const. De Seignot-Placher e Comp.: Rio de Janeiro, 1834-1842. O último volume foi publicado em 1842.

_____. *Memória da Campanha do Senhor d. Pedro d'Alcântara, Ex-Imperador do Brasil, no Reino de Portugal, com Algumas Notícias Anteriores da Dia do seu Dsembarque*. Typ. Imp. E Const. De Seignot-Placher e Comp.: Rio de Janeiro, 1833.

_____. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Obra dedicada ao exmo.sr. Diogo Antonio Feijó. Rio de Janeiro: Tip.Imp. E Constitucional de J.Vileneuve e Cia, 1836.

Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 18-19.

_____. Rio de Janeiro, tomo 1, 1839, pp. 56-59.

_____. Rio de Janeiro, tomo XXVI, Rio de Janeiro, 1863, p. 137.

ARQUIVO HISTÓRICO DE GOIÁS. Livro Manuscrito 0119, p.9, ofício número 10, datado de 02 de junho de 1823.

_____. Livro Manuscrito 0118, p. 39, ofício número 35, datado de 19 de setembro de 1823.

_____. Livro Manuscrito 078, pp. 97-99, ofício datado de 30 de setembro de 1823.

_____. Livro Manuscrito 119, p.39, ofício numero 39, datado de 16 de setembro de 1823.

_____. Livro Manuscrito 0119, p. 51, ofício número 51.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. Estrutura fundiária em Goiás. Goiânia: UCG, 1994.
- AMERICANO DO Brasil, Antônio. Pela História de Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 1980. (Coleção Documentos Goianos, 6).
- ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ARARIPE, Tristão de Alencar e LEAL Aureliano. O Golpe Parlamentar da Maioridade, Brasília, Senado Federal, 1978.
- BANDECCHI, Brasil. Ledo –pensamento e ação nas lutas da Independência, São Paulo, Parma, 1983.
- BARRETO, Vicente. Ideologia e Política no Pensamento de José Bonifácio de Andrade e Silva, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BERTRAN, Paulo. História da Terra e do homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal: Do indígena ao colonizador. Brasília: Solo, 1994.
- _____. Uma introdução à História Econômica do Centro-Oeste. Goiânia: UCG, 1998.
- _____. Formação econômica de Goiás. Goiânia: Oriente 1978.
- BOMFIM, Manoel. O Brasil Nação – realidade da soberania brasileira, São Paulo, Topbooks.
- BORGES, Barsanufio Gomides. O despertar dos dormentes. Goiânia: Ed. Da UFG, 1990.
- _____. Goiás: modernização e crise (1920-1960). São Paulo, 1994. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem – A elite política, EdUnb, 1981.
- _____. Teatro de Sombras – A Política Imperial, São Paulo, Vértice, 1988.
- CAVALCANTI, Maria do Espírito Santo Rosa. Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás, 1821-1988. São Paulo: A. Garibaldi, Editora da UCG, 1999.
- CAMPOS, Francisco Itami. Questão Agrária: bases sociais da política goiana (1930-1960). São Paulo, 1985. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.

_____. Política agrária: uma proposta de análise. Revista do ICHL. (Goiânia), jan/jun. 1982.

_____. Coronelismo em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 1982.

CARVALHO, José Murilo. A Elite Política Imperial. In: A Construção da Ordem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro. A fundação de um Império Liberal. In.: Sérgio Buarque de Holanda (dir) História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, Difel.

DOLES, Dalísia E. Martins; NUNES, Heliane Prudente. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. Ciências Humanas em Revista – História, (Goiânia), v. 3, n. 1/2, jan.dez.1992.

ELIAS, Nobert. O processo civilizador. Tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro, 2.ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. A sociedade da Cortesa, Lisboa, Difel.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 7. Ed. Porto Alegre: Globo, 1988.

FUNES, Eurípedes. Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Ed. da UFG, 1986. (Coleção Teses Universitárias, 40).

GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil. São Paulo: USP, 1975.

GOMES, Horieste. Geografia sócio-econômica de Goiás. Goiânia: Brasil Central, 1969.

GRAHAM, Richard. Construindo uma Nação no Brasil do séc. XIX: Visões Novas e Antigas sobre Classe, Cultura e Estado. Revista Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1, p. 11-47, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. J. Nações e Nacionalismos desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IANNI, Otávio. Estado e planejamento no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

JAIME, Jarbas. Famílias pirenopolinas. Goiânia: Oriente 1973.

LEAL, Oscar. Viagem às terras goyanas (Brasil Central). Goiânia: Ed. da UFG, 1980. (Coleção Documentos Goianos, 4).

LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Campinas: Papyrus, 1988.

MACEDO, Nertan. Abílio Wolney: um coronel da Serra Geral. Goiânia: Legenda Editora, 1975.

MALERBA, Jurandir. A Corte no Exílio- Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821). São Paulo: Cia das Letras, 2003

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), tomo 37, parte I, 1874.

_____. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), tomo 38, parte II, 1875.

_____. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás. Obra dedicada ao exmo. sr. Diogo Antonio Feijó. Rio de Janeiro: Tip. Imp. E Constitucional de J. Vileneuve e Cia, 1836.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema. São Paulo: Hucitec, 1987.

MELLO, Evaldo Cabral de. Fabricando a nação. In: Um Imenso Portugal: história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002.

MOREYRA, Sérgio Paulo. À sombra do ouro. Revista do ICHL (Goiânia), v.2, n.2, jan./dez. 1982.

MOTA, Carlos Guilherme. (org.) 1822 – Dimensões, São Paulo, Perspectiva, 1972.

PALACIN, Luiz e MORAES, Maria Augusta Santana de. História de Goiás. Imprensa da UFG, 1975.

PALACÍN, Luíz. Quatro tempos de ideologia em Goiás. Goiânia: Cerne, 1986.

_____. Coronelismo no extremo norte de Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, São Paulo, Loyola, 1990.

_____. O século do ouro em Goiás. Goiânia: UCG, 1994.

_____. Goiás: 1722-1822. Goiânia: Oriente, 1982.

_____. Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 1983.

PRADO JR. Caio. Evolução do pensamento Político no Brasil e Outros Estudos, São Paulo, Brasiliense.

_____. História Econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense.

_____. Formação do Brasil Contemporâneo, São Paulo, Brasiliense.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa 1. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. Tempo e narrativa 3. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. O si mesmo como outro. Tradução de IVONE c. Beneditti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

_____. A memória, a história e o esquecimento. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2007.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e escravidão na capitania de Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 1992. (Coleção Documentos Goianos, 24).

SANDES, Noé Freire; RIBEIRO, José Eustáquio. Dezoito anos de “Goiás 1722-1822”. Cadernos de Pesquisa do ICHL (Goiânia), n. 3, 1991.

_____. Nação e região: Goiás no século XIX. In: Teoria e Praxis. (Goiânia),n.3, 1991.

SENA, Custódia Selma. A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica. Brasília: UNB, 1986.

SILVA, Maria Odila Dias da. A Interiorização da Metrópole. In: A Interiorização da Metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005

SOUZA, Adriana Barreto. Duque de Caxias e a Justiça Militar no Império. In: Anais do XII Encontro Regional de História – Anpuh-Rio: Usos do passado. Rio de Janeiro, 14 a 18 de agosto de 2016.

SOUZA, Iara Liz Carvalho. Pátria Coroada- o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1998.

SILVA, Maria Odila Dias da. A Interiorização da Metrópole. In: A Interiorização da Metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.

TAVARES, Luís Henrique Dias. A Independência do Brasil. In: Luso-Brazilian Review. Vol.12, n.1, 1975.

VIOTTI, Emília. Da Monarquia à Republica – Momentos Decisivos, São Paulo, Brasiliense, 1985.

VITAL, Candice. A pátria geográfica, as representações de sertão e litoral e a construção da nação no pensamento social brasileiro. Brasília, 1996. Dissertação de Mestrado. Universidade Nacional de Brasília.